



Ideal para o seu futuro.

Relatório Anual 2016



Sumário

Mensagem da Diretoria	3
Principais Destaques de 2016	5
1. Seguridade	6
1.1. Participantes CASANPREV	
1.2. Benefícios Pagos	
1.3. Institutos	
2. Programa de Educação Financeira e Previdenciária	
Ações Integradas e Individuais Desenvolvidas em 2016	7
3. Investimentos	19
3.1. Cenário Econômico	
3.2. Evolução do Patrimônio	
3.3. Rentabilidade Acumulada	
3.4. Alocação de Recursos por Segmento	
3.5. Distribuição dos Recursos	
3.6. Empréstimos	
3.7. Rentabilidades por Segmento e Indicadores	
3.8. Política de Investimentos	
4. Demonstrações Contábeis	25
I - Balanço Patrimonial	
II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	
III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	
IV - Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	
V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	
VII - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015	
5. Parecer dos Auditores Independentes	41
6. Parecer do Conselho Fiscal	63
7. Manifestação do Conselho Delibertativo	64
8. Parecer Atuarial	65
1 Objetivo	
2 Base Cadastral	
3 Hipóteses Biométricas, Econômicas e Demográficas	
4 Plano de Custeio Vigente	
5 Provisões matemáticas	
6 Resultados da Avaliação Atuarial	
7 Considerações Finais	
10. Estrutura Organizacional da Casanprev em 31/12/2016	78

MENSAGEM DE DIRETORIA

A Fundação CASANPREV apresenta o Relatório Anual de Informações referente ao ano de 2016 com destaques para o incremento de Assistidos do Plano Misto de Benefícios Previdenciários, o recadastramento e a elaboração de estudos aprovados pela patrocinadora de um novo Plano de Previdência na modalidade CD.

O Relatório Anual de Informações é um instrumento importante de comunicação para que os participantes da CASANPREV possam acompanhar a performance geral do Plano Misto de Benefícios Previdenciários e da Entidade responsável pela sua gestão. Através dos relatórios anuais a Fundação CASANPREV também tem a oportunidade de demonstrar o seu compromisso com uma gestão eficiente e com a transparência das ações, procedimentos e resultados obtidos no exercício das atividades cotidianas e estratégicas inerentes aos Fundos de Pensão.

É importante ressaltar que as ações e os resultados dos Fundos Previdenciários dependem não somente do comportamento dos mercados financeiros como também dos cenários políticos nos quais eles estão inseridos. E o ano de 2016, além do cenário econômico global adverso, será um ano lembrado pela crise política e instabilidade institucional no país, cujas consequências no mercado financeiro prejudicaram o desempenho dos Fundos de Pensão.

A CASANPREV, não obstante, obteve um retorno acima da meta atuarial do Plano com a rentabilidade necessária à manutenção da saúde financeira da Entidade e, principalmente, essencial para que continue honrando os seus compromissos com os Participantes do Plano misto de Benefícios CASANPREV.

Gostaríamos de destacar ainda que houve uma grande redução do déficit atuarial da Entidade em 2016, passando de cerca de 4,5% do patrimônio de cobertura do plano para cerca de 0,17%, sendo que este percentual foi revertido para um superávit durante o ano corrente. Isso mostra o alinhamento dos seus ativos com as suas obrigações e coloca a Fundação em uma posição confortável com relação a possíveis equacionamentos de déficit.

Outro destaque do relatório refere-se ao Patrimônio da Fundação CASANPREV, que em 31/12/2016 monta a R\$ 241.615.084,56, e continua em escala crescente, mesmo com o acréscimo significativo da Folha Mensal dos Benefícios de Renda Programada que totalizaram o valor de R\$ 9.301.916,63 no mesmo período.

Por último queremos destacar que a sinergia da CASANPREV com os seus Conselheiros, membros do Comitê de Investimentos, sindicatos, participantes, colaboradores da Fundação, RHs, fornecedores e, especialmente a CASAN - Patrocinadora do Plano –, tem se constituído no patrimônio fundamental que todos devemos preservar para o fortalecimento e a consolidação da Fundação.

-

A todos, o nosso agradecimento.

Diretoria Executiva

DESTAQUES DE 2016

O ano de 2016 foi de muito trabalho e uma série de acontecimentos importantes. Vejamos aqui alguns momentos que se destacaram em nosso calendário de atividades:

2º Encontro de Assistidos – Em abril de 2016 realizamos o 2º Encontro de Aposentados da CASANPREV que reuniu mais de 100 pessoas em Florianópolis. O evento já faz parte do calendário da CASANPREV, além da apresentação dos resultados sobre a Fundação e afirmação da transparência de gestão, foi uma oportunidade de reencontro para colegas de muitos anos. O evento foi realizado no SESC – Cacupé e foi um sucesso entre os Participantes.

Projeto de Governança – No início do ano de 2016 foi iniciada a implantação de um projeto de governança na Entidade. Este projeto tem como objetivo mapear e tratar os principais riscos dos processos da Entidade, melhorando assim a gestão como um todo.

Migração de Sistema – Em fevereiro de 2016 a CASANPREV iniciou as tratativas para uma mudança de sistema. Esse novo sistema trará uma mudança qualitativa na Entidade e uma maior automação nos seus processos, diminuindo assim os riscos. A mudança para o novo Sistema está prevista para o primeiro semestre de 2017.

Mudança de Seguradora – Em dezembro de 2016 foi assinado um contrato para mudança da seguradora do plano, fazendo com que a Mongeral Aegon fosse substituída pela Icatu Seguros. Essa mudança foi feita tendo em vista a melhora dos serviços e do atendimento aos participantes.

Plano Novo – Em 2016 a CASANPREV iniciou estudos para a implantação de um novo plano na modalidade CD com objetivo de proporcionar alternativa de Plano para os Participantes CASANPREV e demais Colaboradores da CASAN, visando a melhoria do benefício complementar na aposentadoria.

Plantões de atendimento – Tendo em vista o sucesso dos plantões de atendimento em 2015, eles foram repetidos em 2016. A Diretoria Executiva, assim como o Colaborador Ramon, percorreram 10 agências em 05 cidades, realizando mais de 140 atendimentos e tirando dúvidas dos Participantes em relação ao Plano CASANPREV.

1. SEGURIDADE

1.1 Participantes CASANPREV

Em 2016, o Plano Misto de Benefícios Previdenciários da CASAN – Plano CASANPREV teve 31 novos participantes inscritos.

PARTICIPANTES CASANPREV 2016		
PARTICIPANTES	TOTAL	CONCEITO
Ativos	1527	São os participantes que mantém vínculo empregatício com as patrocinadoras e contribuem mensalmente para seu plano de aposentadoria na CASANPREV.
Autopatrocinados	05	Ocorrendo a cessação do contrato de trabalho, é facultado ao participante optar pela continuação no Plano, na condição de autopatrocinado, assumindo o seu custeio integral, ou seja, as suas contribuições e as da Patrocinadora.
Assistidos	305	São os participantes ou beneficiários que estejam recebendo Benefício de Prestação Continuada.
Remidos	08	Participante que optou pela condição de BPD (Benefício Proporcional Diferido), após a cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora.
TOTAL	1.845	

1.2 Benefícios Pagos

1.2.1 Benefícios de Prestação Única

BENEFICIOS CASANPREV 2016		
BENEFICIOS PAGOS	TOTAL	CONCEITO
Renda Mensal de Pensão CAV – Cota Única	05	Pagamento refere-se a falecimento de participante ativo. Pagamento do valor das contribuições corrigidas realizadas pelo Participante e Patrocinadora na conta CAV. O valor é pago a vista quando o Benefício de Renda Mensal de Pensão CAV (RMP-CV) calculado for inferior a R\$242,87 mensais, conforme disposições regulamentares.
Renda Mensal de Invalidez CAV – Conta Única	04	Pagamento se refere a Invalidez de participante ativo. Pagamento do valor total das contribuições corrigidas realizadas pelo Participante e Patrocinadora na conta CAV. O valor é pago a vista sempre que o Benefício de Renda Mensal de Invalidez CAV (RMI-CV) calculado for inferior a R\$242,87 mensais, conforme disposições regulamentares.
TOTAL	09	

1.2.2 Benefícios de Prestação Continuada

BENEFICIOS CASANPREV 2016		
BENEFICIOS PAGOS	TOTAL	CONCEITO
Renda Mensal de Aposentadoria Programada	303	Pagamento de Renda Mensal de Aposentadoria Vitalícia.
TOTAL	303	

1.3 INSTITUTOS

INSTITUTOS CASANPREV 2016		
INSTITUTOS	TOTAL	CONCEITO
Resgate	13	Instituto que faculta ao participante, após perda de vínculo empregatício com a Patrocinadora, o resgate das contribuições realizadas pelo participante, corrigidas.
BPD	04	Institutos em que os participantes que já se desligaram da patrocinadora e permanecem vinculados a CASANPREV, efetuando somente as contribuições para o custeio das despesas administrativas e aguardando o cumprimento dos requisitos para requerer o Benefício Proporcional Diferido.
Portabilidade	01	Instituto que faculta ao participante Ativo ou Autopatrocinado, em decorrência ao encerramento do vínculo empregatício com a Patrocinadora, e ao Remido, transferir, o se direito acumulado junto ao Plano CASANPREV para outro plano.
Autopatrocinio	02	Institutos que faculta ao participante optar em assumir as contribuições tanto dele como da empresa, em caso de quebra de vínculo empregatício com a CASAN, como em decorrência de perda parcial ou total de sua remuneração.
TOTAL	20	

2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA AÇÕES INTEGRADAS E INDIVIDUAIS DESENVOLVIDAS EM 2014

Relatório 2016 PROGRAMA A ESCOLHA CERTA

OBJETIVOS DO PROGRAMA

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária “A Escolha Certa” tem como objetivo principal organizar e implementar ações de educação financeira e previdenciária que proporcionem o desenvolvimento de uma cultura voltada para o planejamento do futuro e para a poupança de longo prazo.

As ações são decorrentes de planejamento elaborado e discutido em reuniões que envolvem representantes de 12 entidades do Estado de Santa Catarina vinculadas a ASCPrev – Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar.

O Programa se propõe a educar empregados ativos, aposentados e seus respectivos familiares, fornecendo informações e ferramentas sobre o funcionamento de orçamento familiar, arquitetura de escolhas, dicas para economizar dinheiro, planejamento para aposentadoria, educação financeira para crianças, entre outros. Todas estas informações são disponibilizadas através de campanhas de conscientização, palestras, jogos interativos, concursos, eventos e meios de comunicação disponibilizados pelo Programa ou pelas próprias Entidades.

A disponibilização de informações, a reflexão e em última instância a mudança de comportamento, é o que se espera como principal resultado.

HISTÓRICO

Em dezembro de 2009, reuniram-se em Florianópolis representantes de 13 entidades de Santa Catarina para fundar a ASCPrev - Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar visando aprimorar e promover o crescimento do sistema de previdência complementar. Aproveitando essa comunhão, as entidades que fazem parte da ASCPrev levaram a ideia de desenvolver, via associação, um programa de educação financeira e previdenciária integrado com a participação de todas as entidades associadas.

Dessa maneira, em 2012, com o apoio da ASCPrev e de todos os dirigentes das Fundações, surgiu o programa integrado de educação financeira e previdenciária A Escolha Certa.

Durante quatro anos do programa, várias ações foram planejadas e executadas, proporcionando ao Programa o recebimento de dois prêmios, o primeiro concedido pela ANCEP – Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência e, o outro, pela ABRAPP – Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada.

Atualmente o programa conquistou, para o seu portal www.aescolhacerta.com.br, o direito de utilizar o selo do ENEF por obedecer a critérios como ser inclusivo e gratuito, trabalhar conteúdos voltados à cidadania, consumo responsável, orçamento pessoal e familiar, poupança, investimento e planejamento financeiro e previdenciário. O selo ENEF é concedido pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) para a educação financeira.

ENTIDADES INTEGRANTES E PATROCINADORES DO PROGRAMA



ENTIDADES INTEGRANTES DO PROGRAMA

























PATROCINADORES

















PRÊMIOS



Prêmio Nacional de Seguridade Social
Categoria: Educação Financeira e Previdenciária



10º CONANCEP
Categoria: Destaque Educação Financeira e Previdenciária



Selo ENEF
(Estratégia Nacional de Educação Financeira)

AÇÕES 2016 – LINHA DO TEMPO

- Elaboração do Planejamento 2016 – Março / Abril
- EVENTO: Melhores Práticas Mundiais de Educação Financeira e Previdenciária – Maio
- PALESTRA MARCOS PIANGERS – Comemoração do 4º aniversário do Programa – Junho
- QUIZ 1ª edição: Você é Previdente – Junho
- QUIZ 2ª edição: Você é Previdente – Agosto / Setembro
- PESQUISA: Indicadores de Educação Financeira e Previdenciária – de Julho a setembro
- PALESTRA: Congresso da Abrapp – Setembro
- PARTICIPAÇÃO: Congresso da Abrapp – Espaço Boas Práticas – Setembro
- Concurso Cultural: Atitudes que transformam o Mundo – Setembro / Outubro
- CURSO: Como planejar melhor o futuro – Finanças e Qualidade de Vida – Novembro
- CAMPANHA: Você já pensou no seu futuro hoje? – Dezembro
- PALESTRA: X Seminário de Educação Financeira – Dezembro

FACEBOOK

Principal mídia social digital utilizada para divulgar nossas ações, campanhas e conteúdo multimídia, o canal do Programa no Facebook é alimentado diariamente. A página tem apresentado um crescimento exponencial desde o início do ano como resultado das ações, campanhas e vídeos que publicamos.

+ de 1500 seguidores

SOMENTE ESTE ANO:

+ de 30.000 visualizações

+ de 330 posts

+ de 4.000 interações com página

WEBSITE

Focado em divulgar conteúdo multimídia voltado para as melhores práticas em Educação Financeira e Previdenciária, o Portal publica conteúdo diário relacionado também a finanças pessoais, poupança, previdência, investimentos, realiza cobertura dos eventos realizados pelo Programa, divulga suas ações e campanhas, entre outros.

+ de 1.600 notícias, artigos e vídeos publicados

+ de 175 mil visualizações

SOMENTE ESTE ANO:

+ de 200 publicações

+ de 49.000 visualizações

DATAS ESPECIAIS

De modo a prestar homenagem e interagir com o nosso público, criamos, este ano, um calendário de datas onde publicamos mensagens e textos aos homenageados em diversas datas especiais ao longo do ano, como o Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia Mundial da Poupança, Dias das Crianças, entre outras. Além de produzir materiais para as redes sociais e site das entidades, enviamos mais de 10 newsletters.



QUIZ – VOCÊ É PREVIDENTE

Com quase 5 mil participantes nas duas edições, o “Quiz Você é Previdente?” testou os conhecimentos financeiros dos representantes com perguntas variadas sobre finanças. O objetivo do Quiz foi testar os níveis de educação financeira dos participantes.

Participantes da 1ª edição: 2.822

Participantes da 2ª edição: 1.997

Total de participantes: 4.819

+ de 20 prêmios entregues!

CONCURSO CULTURAL ATITUDES QUE TRANSFORMAM O MUNDO

O Concurso Cultural foi uma ação voltada para crianças com idade entre 5 a 10 anos, por intermédio de um adulto maior de 18 anos participante, assistido ou não participante, vinculado as Entidades que faz parte do Programa. O concurso consistiu na realização de desenhos feitos pelas crianças a partir do tema “Atitudes que Transformam o Mundo”, onde foram premiados os desenhos que melhor aliaram os critérios de avaliação “criatividade, temática e mensagem”.

Público-alvo: crianças entre 5 e 10 anos.

Período de realização: 5 a 30 de setembro

Número de desenhos recebidos: 50

Total de prêmios entregues: 11



ANIVERSÁRIO DO PROGRAMA A ESCOLHA CERTA COM O PALESTRANTE MARCOS PIANGERS

No dia 30 de junho de 2016, o evento que comemorou os 4 anos do Programa A Escolha Certa teve como palestrante o escritor e comunicador Marcos Piangers. Sucesso de público, com aproximadamente 200 pessoas no auditório da OAB, em Florianópolis, a palestra abordou a relação entre pais e filhos inclusive sob o ponto de vista financeiro. O evento também contou com a apresentação das principais ações do Programa e a entrega dos prêmios aos vencedores do “Quiz – Você é Previdente?”.

Público-alvo: participantes e assistidos, órgãos diretivos e deliberativos dos fundos de pensão.

Abrangência da comunicação: 2.000 pessoas

Público presente: 200 pessoas

9 vídeos publicados sobre o evento.

Data de realização: 30/06/2016

Links dos conteúdos publicados sobre o evento:

Vídeo do evento na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=UbkypuyvL7E>

Entrevista com Marcos Piangers: <http://www.aescolhacerta.com.br/video/sera-que-o-papai-pop-poupa-o-proprio-marcos-piangers-responde/>

Matéria sobre o evento: <http://www.aescolhacerta.com.br/programa-a-escolha-certa-comemora-4-anos-com-palestra-de-marcos-piangers/>

Cobertura fotográfica: <http://www.ascprev.com.br/index.php?cmd=eventos&id=43>



PESQUISA INDICADORES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Pesquisa com o objetivo de aferir o nível de educação financeira do público abrangido, buscando obter indicadores como poupança e investimentos, organização das finanças pessoais, dívidas pessoais, entre outros. A pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira, realizada apenas com os colaboradores das entidades que compõem o programa. A segunda foi disponibilizada para todos os participantes das entidades (empregados ou associados não participante das empresas ou entidades associativas que fazem parte do Programa). Este foi um trabalho inédito que permitiu identificar o nível de conhecimento financeiro e previdenciários do público para desenvolvermos práticas educativas mais alinhadas à realidade.

Total de respostas: 756.

Premiação: um Kindle

Principais resultados

Indicadores	Média
Poupança e investimentos	61,7
Organização das finanças pessoais	87,3
Noções de dinheiro e Matemática Financeira	83,1
Dívidas pessoais	69,5
Proteção	52,1
Índice de Educação Financeira Global	72,5

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO DA ABRAPP

Abrangência da comunicação: 6.000 pessoas

Público presente: 200 pessoas

ESPAÇO BOAS PRÁTICAS – CONGRESSO DA ABRAPP

O principal papel do Espaço Boas Práticas ABRAPP é abrir espaço para a exposição e debate de cases de sucesso, oportunizando, através de palestras-relâmpago ou atividades interativas, a troca de experiência e o compartilhamento do conhecimento. Em vista das necessidades que o sistema tem de responder aos desafios, são agendados temas pertinentes.

Prática apresentada pelo Programa A Escolha Certa:

Quiz – Você é Previdente?

Público-alvo: Congressistas

Abrangência da comunicação: 2000 pessoas

Participação interativa: 50 congressistas

Premiação: dois congressistas

EVENTO: MELHORES PRÁTICAS MUNDIAIS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Público-alvo: Dirigentes e profissionais de fundos de pensão de Santa Catarina.

Abrangência da comunicação: 80 pessoas.



CAFÉS DA MANHÃ COM PATROCINADORES DO PROGRAMA

Realização de cafés com os patrocinadores do Programa A Escolha Certa e diretores, conselheiros, gerentes e analistas de investimento das entidades que formam a ASCPrev. A Coordenadora do Programa A Escolha Certa Carolina Pereira Simões apresenta as ações que o Programa realizou no período.

REUNIÕES DA COMISSÃO DE INVESTIMENTOS

Ocorrem na sede da ASCPrev e tem como principal objetivo discutir questões ligadas ao cenário econômico. Nos encontros participam os Membros da Comissão de Investimento e o Diretor Presidente da ASCPrev, José Manoel de Oliveira.

REUNIÕES DA COMISSÃO PARA PLANEJAMENTO DE AÇÕES E CAMPANHAS DO PROGRAMA



CURSOS PROGRAMADOS PARA OS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO COM A TEMÁTICA: Como planejar melhor o futuro – Finanças e Qualidade de Vida Edições em Florianópolis, Tubarão e Rio Verde (GO)

Objetiva proporcionar reflexão em relação à necessidade de planejamento nos períodos pré e pós aposentadoria. Aborda os temas expectativa de vida, longevidade e finanças.

CONVITE PREVIC

Convidado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, o Programa A Escolha Certa esteve presente no X Seminário de Educação Previdenciária, que ocorreu no dia 1º de dezembro, em Brasília. No encontro, a coordenadora do Programa Carolina Pereira Simões apresentou as principais ações que vêm sendo feitas para fomentar a cultura previdenciária e a educação financeira no Estado de Santa Catarina desde sua criação, em 2009.

CAMPANHA VOCÊ JÁ PENSOU NO SEU FUTURO HOJE?



VÍDEOS SOBRE O IMPOSTO DE RENDA

<https://www.youtube.com/watch?v=uJAqpCnxRCw>

<https://www.youtube.com/watch?v=Lz3SuQB9T24>

INVESTIMENTOS

Cenário Econômico

Nos Estados Unidos a expectativa de política expansionista de Trump ainda não fez o *Federal Reserve* aumentar a sua taxa básica de juros. Apesar disso há sinalizações de que devem haver aumentos nesse ano, com alguns analistas precificando inclusive dois a três aumentos no ano, levando a taxa a ficar em torno de 1,25% a 1,50% ao ano. Essa alta tende a influenciar os mercados emergentes, já gerando impactos no mercado de capitais brasileiro.

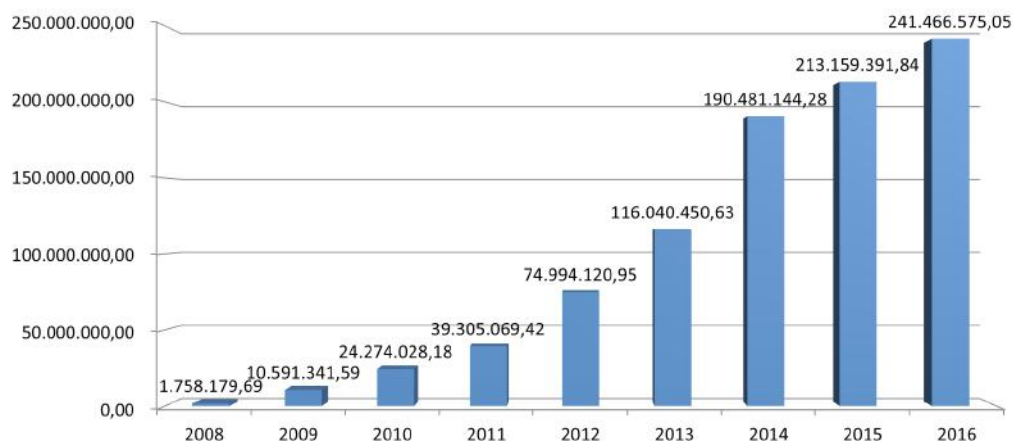
Na Europa, a despeito das incertezas políticas pela qual o Bloco passa, entre elas as eleições na França e Alemanha e o processo do *Brexit*, os indicadores de atividade industrial e inflação melhoraram. A melhora está em linha com a expectativa para o mercado europeu e não deve ter grande influência imediata sobre o mercado brasileiro.

Na China os indicadores mais recentes sugerem uma discreta moderação na atividade. Tendo em vista que o mercado chinês foi muito impulsionado pelo crédito às empresas nos últimos anos e a tentativa do governo de melhorar o endividamento das empresas do país, com esse impulso a menos a expectativa é de que a China tenha um crescimento de 6,5% ao ano, levemente menor

que o dos últimos anos.

Quanto ao Brasil, o Banco Central realizou dois cortes sucessivos de 0,75% na taxa básica de juros e a Selic atualmente está em 12,25%. A inflação também declina e o resultado dos últimos 12 meses já encontra-se abaixo do centro da meta estabelecida para o BACEN. A expectativa atual é que a taxa de juros feche 2017 com 9%. Quanto à atividade econômica, o governo segue tentando ao mesmo tempo implementar uma série de reformas fiscais (previdência, trabalhista, política, entre outras) e segue com medidas para tentar estimular o PIB, como o saque das contas inativas do FGTS, o pacote de concessões do governo no setor elétrico, de água e saneamento e infraestrutura, entre outros.

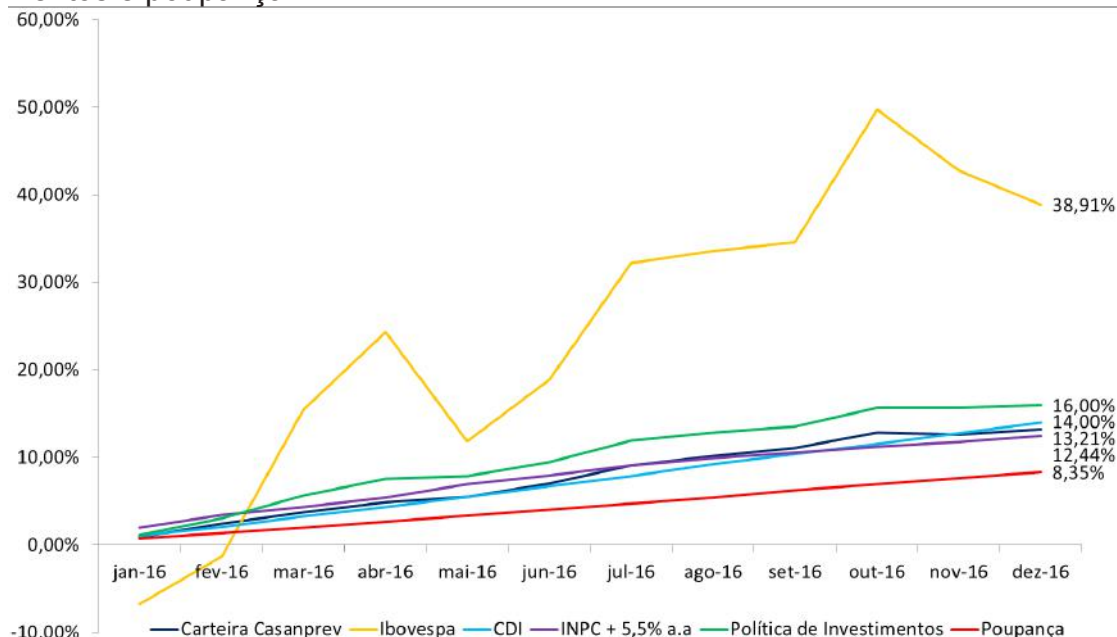
Evolução do Patrimônio Gráfico de Evolução do patrimônio – 2008 a 2016



O gráfico acima demonstra a evolução do patrimônio da entidade entre 2008 e 2014. O aumento da evolução do patrimônio da CASANPREV entre os fechamentos de 2015 e 2016 foi de 13,27%.

Rentabilidade Acumulada

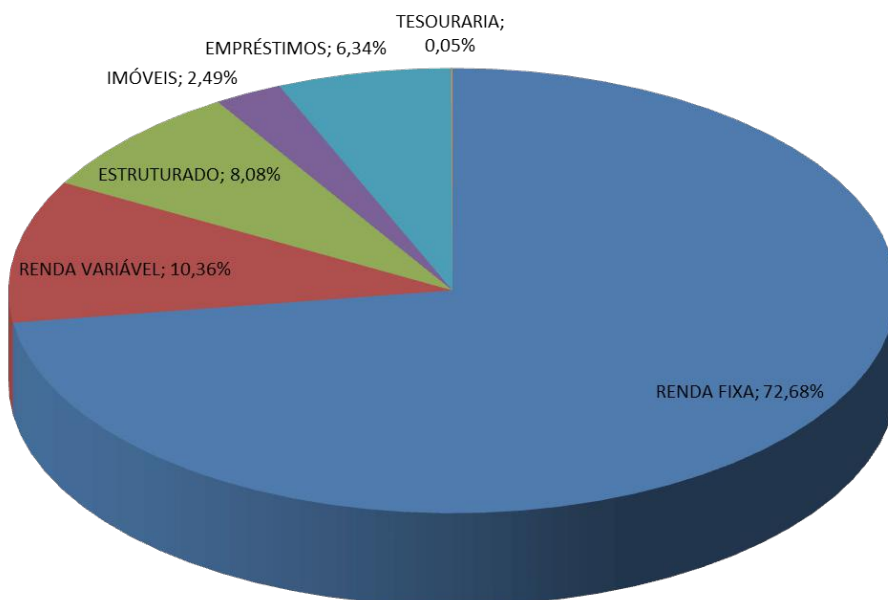
Segue abaixo gráfico de rentabilidade consolidada em 2016 da CASANPREV e dos principais indicadores da economia e do plano – Ibovespa, CDI, INPC + 5,5% (meta atuarial), política de investimentos e poupança:



No acumulado de 2016 a carteira de investimentos da CASANPREV fechou positiva em 13,21%, resultado dos investimentos da carteira da CASANPREV ao longo do ano.

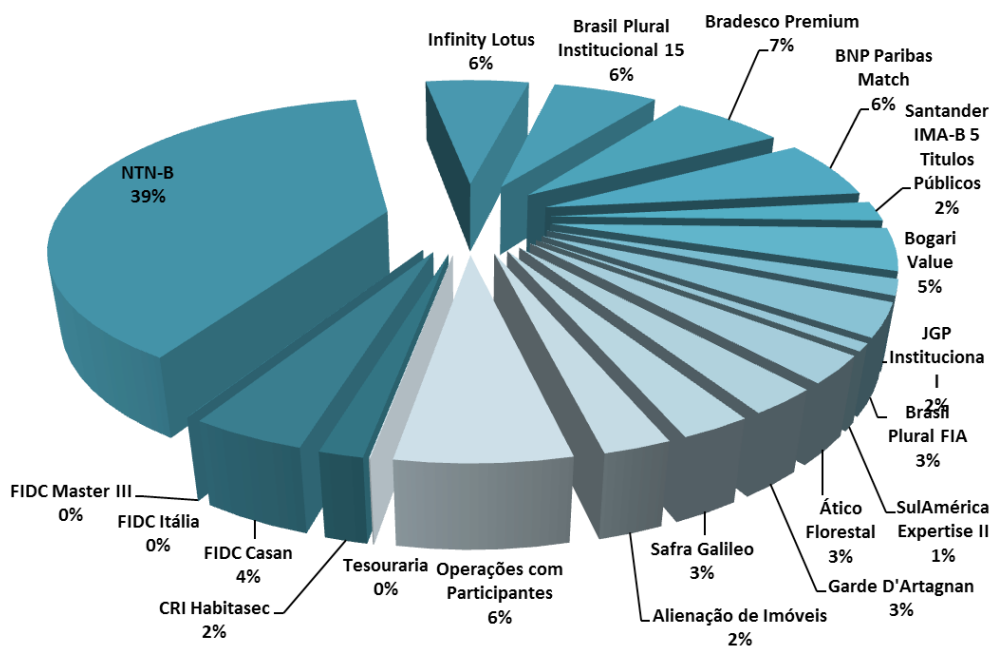
Alocação dos Recursos por Segmento

O gráfico a seguir demonstra a alocação por segmento de aplicação da Carteira de Investimentos da CASANPREV no fechamento do ano de 2016:



Distribuição dos Recursos

O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos recursos da carteira de investimentos em 2016, de acordo com critérios de diversificação, com a Política de Investimentos, da entidade e aos normativos.



Rentabilidade por Segmentos

A tabela abaixo demonstra a rentabilidade mensal e acumulada no ano de 2016, por segmento da carteira de investimentos da CASANPREV – renda fixa, renda variável, imóveis, empréstimos e investimentos estruturados e dos principais indicadores – meta atuarial, política de investimentos, Ibovespa, CDI e poupança.

RENTABILIDADE MENSAL	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	NO ANO
Renda Fixa	1,36%	1,23%	1,01%	0,94%	1,11%	1,14%	1,08%	1,11%	1,03%	0,71%	0,68%	0,80%	12,88%
Renda Variável	-3,05%	2,98%	5,36%	2,52%	-3,71%	5,29%	9,20%	-0,04%	-0,42%	9,73%	-6,29%	-2,35%	19,33%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	1,71%	2,22%	-2,37%	1,28%	-0,22%	0,81%	1,41%	1,90%	0,89%	0,45%	1,30%	0,88%	10,66%
Estruturado	-0,13%	-0,12%	-0,14%	-0,13%	-0,13%	-0,13%	0,24%	0,59%	0,83%	0,95%	-0,44%	1,67%	1,67%
INPC + 5,5% a.a*	1,96%	1,40%	0,89%	1,09%	1,43%	0,92%	1,09%	0,76%	0,53%	0,62%	0,52%	0,59%	12,44%
Política de Investimentos	1,16%	1,86%	2,52%	1,78%	0,34%	1,48%	2,22%	0,83%	0,60%	1,86%	0,01%	0,29%	16,00%
Ibovespa	-6,79%	5,91%	16,97%	7,70%	-10,09%	6,30%	11,22%	1,03%	0,80%	11,23%	-4,65%	-2,71%	1,12%
CDI	1,05%	1,00%	1,16%	1,05%	1,11%	1,16%	1,11%	1,21%	1,11%	1,05%	1,04%	1,12%	14,00%
Poupança	0,73%	0,63%	0,60%	0,72%	0,63%	0,65%	0,71%	0,66%	0,76%	0,66%	0,66%	0,64%	8,35%

*Meta Atuarial INPC + 5,5% ao ano.

Política de Investimentos

Objetivo

Estabelece a maneira como os ativos da CASANPREV devem ser investidos e foi preparada para assegurar e garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da Fundação. Os investimentos são selecionados de acordo com os critérios e definições em acordo com a legislação em vigor (Resolução/Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3792, de 24 de setembro de 2009).

Alocação dos Recursos da Fundação

O quadro abaixo demonstra a alocação dos recursos da Fundação, alinhados a Política de Investimentos da Entidade e a resolução n.º 3792 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS						
Segmentos	Limites Política Investimentos*	Composição em Dez/2016		Referência	Rentabilidade Acumulada no ano	
		Projetada*	Efetivada		Projetada*	Efetivada
Renda Fixa	100%	77,8%	72,72%	INPC+5,75% a.a.	12,70%	12,88%
Renda Variável	20%	10,0%	10,36%	IBOVESPA	38,91%	19,33%
Estruturado	10%	4,0%	8,08%	INPC+5,75% a.a.	12,70%	3,09%
Imóveis	8%	0,5%	2,49%	INPC+5,75% a.a.	12,70%	0,00%
Empréstimos	15%	7,7%	6,34%	INPC+5,75% a.a.	12,70%	10,66%
Total			100,00%		15,42%	13,21%
Meta Atuarial (INPC + 5,5%)						12,44%
CDI/SELIC						14,00%
Ibovespa						38,91%

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
Disponível	110	47	Exigível Operacional	266	226
Realizável	241.449	213.078	Gestão Previdencial	135	126
Gestão Previdencial	1.718	1.571	Gestão Administrativa	126	95
Gestão Administrativa	26	13	Investimentos	5	5
Investimentos	239.705	211.494	Exigível Contingencial	23	-
Títulos Públicos	92.501	71.622	Gestão Administrativa	23	-
Créditos Privados e Depósitos	3.872	3.903	Patrimônio Social	241.326	212.933
Fundos de Investimento	121.795	119.564	Patrimônio de Cobertura do Plano	236.158	207.188
Investimentos Imobiliários	5.960	1.130	Provisões Matemáticas	236.579	216.711
Empréstimos e Financiamentos	15.577	15.275	Benefícios Concedidos	140.668	121.702
Permanente	56	34	Benefícios a Conceder	99.899	99.229
Imobilizado	56	34	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-3.988	-4.220
			Equilíbrio Técnico	-421	-9.523
			Resultados Realizados	-421	-9.523
			(-) Déficit Técnico Acumulado	-421	-9.523
			Fundos	5.168	5.745
			Fundos Administrativos	5.021	5.520
			Fundos dos Investimentos	147	225
TOTAL DO ATIVO	241.615	213.159	TOTAL DO PASSIVO	241.615	213.159

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
DESCRIÇÃO	2016	2015	variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	212.933	187.437	13,60%
1. Adições	40.358	35.006	15,29%
(+) Contribuições Previdenciais	11.168	11.559	-3,38%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	27.451	22.126	24,07%
(+) Receitas Administrativas	1.018	1.009	0,89%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	721	312	131,09%
2. Destinações	-11.965	-9.510	25,81%
(-) Benefícios	-9.645	-7.923	21,73%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-4	-	-
(-) Despesas Administrativas	-2.215	-1.582	40,01%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-23	-	-
(-) Reversão de Fundos de Investimento	-78	-5	1.460,00%
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	28.393	25.496	11,36%
(+/-) Provisões Matemáticas	19.868	30.226	-34,27%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	9.102	-4.464	-303,90%
(+/-) Fundos Administrativos	-499	-261	91,19%
(+/-) Fundos de Investimentos	-78	-5	1.460,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	241.326	212.933	13,33%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2016	2015	variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	207.188	181.426	14,20%
1. Adições	39.572	34.629	14,27%
(+) Contribuições	12.121	12.503	-3,06%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	27.451	22.126	24,07%
2. Destinações	-10.602	-8.867	19,57%
(-) Benefícios	-9.645	-7.923	21,73%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-4	-	-
(-) Custeio Administrativo	-953	-944	0,95%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	28.970	25.762	12,45%
(+/-) Provisões Matemáticas	19.868	30.226	-34,27%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	9.102	-4.464	-303,90%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	236.158	207.188	13,98%
C) Fundos não Previdenciais	5.168	5.745	-10,04%
(+/-) Fundos Administrativos	5.021	5.520	-9,04%
(+/-) Fundos de Investimentos	147	225	-34,67%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2016	2015	variação %
1. Ativos	241.466	213.064	13,33%
Disponível	110	46	139,13%
Recebível	6.739	7.091	-4,96%
Investimento	234.617	205.927	13,93%
Títulos Públicos	92.501	71.622	29,15%
Créditos Privados e Depósitos	3.872	3.903	-0,79%
Fundos de Investimento	116.707	113.997	2,38%
Investimentos Imobiliários	5.960	1.130	427,43%
Empréstimos e Financiamentos	15.577	15.275	1,98%
2. Obrigações	140	131	6,87%
Operacional	140	131	6,87%
3. Fundos não Previdenciais	5.168	5.746	-10,06%
Fundos Administrativos	5.021	5.520	-9,04%
Fundos de Investimentos	147	225	-34,67%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	236.158	207.188	13,98%
Provisões Matemáticas	236.579	216.712	9,17%
Superávit/Déficit Técnico	-421	-9.523	-95,58%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	4.891	-5.358	-100,00%
a) Equilíbrio Técnico	-421	-9.523	-95,58%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	5.312	4.165	-89,89%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-5.358	-100,00%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	2016	2015	varia
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.520	5.781	
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.739	1.321	
1.1. Receitas	1.739	1.321	
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	953	944	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	35	34	
Receitas Diretas	30	31	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	721	312	
2. Despesas Administrativas	-2.215	-1.582	
2.1. Administração Previdencial	-2.022	-1.512	
Pessoal e encargos	-1.030	-859	
Treinamentos/congressos e seminários	-46	-6	
Viagens e estadias	-80	-42	
Serviços de terceiros	-423	-317	
Despesas gerais	-348	-203	
Depreciações e amortizações	-13	-10	
Tributos	-82	-75	
2.2. Administração dos Investimentos	-193	-70	
Serviços de terceiros	-48	-48	
Despesas gerais	-145	-22	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-23	-	
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	-499	-261	
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	-499	-261	
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	5.021	5.520	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2016	2017	variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	236.445	207.544	13,93%
1. Provisões Matemáticas	236.579	216.711	9,17%
1.1. Benefícios Concedidos	140.668	121.702	15,58%
Benefício Definido	140.668	121.702	15,58%
1.2. Benefícios a Conceder	99.899	99.229	0,68%
Contribuição Definida	25.883	19.467	32,96%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	12.906	9.578	34,75%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	12.977	9.889	31,23%
Benefício Definido	74.016	79.762	-7,20%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-3.988	-4.220	-5,50%
(-) Serviço Passado	-3.988	-4.220	-5,50%
(-) Patrocinador	-3.988	-4.220	-5,50%
2. Equilíbrio Técnico	-421	-9.523	-95,58%
2.1. Resultados Realizados	-421	-9.523	-95,58%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-421	-9.523	-95,58%
3. Fundos	147	225	-34,67%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	147	225	-34,67%
4. Exigível Operacional	140	131	6,87%
4.1. Gestão Previdencial	135	126	7,14%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	5	5	0,00%



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)**

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos do art. 202 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, através da Portaria DTA nº 2.137 de 19 de março de 2008, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado. Patrocinadoras da CASANPREV, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e a própria CASANPREV, patrocinadoras instituidoras do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da CASAN – Plano CASANPREV (CNPB 20.080.023-65), autorizado a funcionar através do ofício nº 2394 SPC/DETC/CGAF de 04 de julho de 2008.

A CASANPREV tem sede e foro cidade de Florianópolis – SC à Av. Rio Branco, 404, salas 103 e 104, Torre I, Centro.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a CASANPREV tem por objetivo a constituição e a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, como também desenvolver atividades previdenciárias afins.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições das Patrocinadoras e de seus participantes, doações, legados e auxílios e das receitas das aplicações e investimentos, bem como da utilização de seus bens.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a CASANPREV não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

A CASANPREV apresenta mensalmente balancetes por Plano de Benefícios, do plano de Gestão Administrativa e consolidado, segundo a natureza e a finalidade das transações. Os balancetes mensais são enviados ao órgão fiscalizador.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 31 de março de 2017.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A contabilidade da CASANPREV é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

A CASANPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta das despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e esta é a moeda funcional adotada. Os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

3.1. Principais diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas podem ser resumidas como segue:

3.1.1. Disponível

Disponibilidades são os recursos financeiros que se encontram à disposição da Entidade, compreendendo os meios de pagamento em espécie e os depósitos bancários à vista.

3.1.2. Realizável

3.1.2.1. Gestão Previdencial e Gestão Administrativa

Os realizáveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

3.1.2.2. Investimentos

Sob o título de Investimentos, no ativo realizável, estão incluídas todas as aplicações de recursos da Entidade. Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de



2006, a Entidade classifica sua carteira de títulos e valores mobiliários nas categorias de Títulos para Negociação Títulos mantidos até o Vencimento.

- Títulos para negociação – registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais serão avaliados ao valor de mercado ou de provável realização.
- Títulos mantidos até o Vencimento – títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Títulos Públicos

Registra o montante aplicado em títulos de emissão do tesouro Nacional, divididos em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), vinculadas à variação do IPCA, e Notas do Tesouro Nacional série F (NTN-F), com remuneração pré-fixada.

Créditos Privados e Depósitos

Investimentos em papéis de emissão de Companhias Abertas e Instituições Financeiras, estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro-rata até a data do encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas. As Rendimentos/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Fundos de Investimento

As quotas de fundos de investimento estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base no valor da quota do patrimônio e classificadas de acordo com a categoria de cada fundo.

Investimentos Imobiliários

Registra o montante de imóveis recebidos em dação da patrocinadora para pagamento das contribuições do tempo de serviço passado, e quando já alienados, as parcelas a receber.

Empréstimos

Registra o montante devido pelos participantes decorrente de empréstimos efetuados pela Entidade, acrescido dos encargos devidos pelos tomadores até a data de apuração do Balanço Patrimonial. O sistema de controles internos contém informações que permitem identificar, individualmente os tomadores, as características dos contratos e os saldos atualizados.

Todos os ativos financeiros estão custodiados em instituição financeira, conforme determina a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

3.1.3. Permanente

Imobilizado

O Ativo Permanente Imobilizado contempla os bens móveis, utensílios, computadores, periféricos, máquinas e equipamentos, que são utilizados no desempenho da atividade-fim, os quais estão registrados pelos seus custos de aquisição e depreciados de acordo com a natureza e tempo de vida útil dos itens que o compõem.

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear. Quando o tempo de vida útil de cada bem não pode ser avaliado, aplica-se depreciação com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e sistemas operacionais, cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução SPC nº 34, de 24 de janeiro de 2009. Existem controles individuais dos itens que compõem o Ativo Permanente Imobilizado.

3.1.4. Exigível Operacional

Os exigíveis previdencial, administrativo e Investimentos são apresentados pelos valores devidos e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os encargos proporcionais aplicáveis até a data do balanço. Registra os valores a pagar assumidos pelo Plano Previdencial e pelo Plano de Gestão Administrativa.

3.1.5. Patrimônio Social

3.1.5.1. Patrimônio de Cobertura dos Planos

Corresponde ao Ativo Líquido da Entidade e é composto pelo Patrimônio de Cobertura dos Planos e pelos Fundos.

Registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes do plano de benefícios previdenciais, de acordo com nota técnica atuarial.

3.1.5.1.1. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

A tabela de mortalidade geral (AT-2000 Básica – M) é utilizada para calcular a expectativa de vida do participante no momento da conversão da conta benefício sob a forma de renda mensal vitalícia.

Provisão matemática de benefícios concedidos - consiste no valor atual dos benefícios pagos aos participantes e beneficiários já em gozo do benefício

Provisão matemática de benefícios a conceder - representa o valor atual dos benefícios a conceder, referente aos participantes ativos no Plano, sendo a mesma segregada em Benefício Definido e Contribuição Definida.

Provisão Matemática a Constituir - Contribuição extraordinária, para cobertura do tempo de serviço passado, a ser amortizado pelo Sistema de Amortização Francês (Price) em 96 prestações mensais, levando-se em consideração a necessidade do fluxo atuarial. As prestações mensais são atualizadas de acordo com a variação do INPC.

3.1.5.1.2. Equilíbrio técnico



lorianópolis



Representa o resultado acumulado do plano de benefícios previdenciais, formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões matemáticas.

3.1.5.1.3. Fundos

Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo corresponde ao valor apurado decorrente das sobras, entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais, resultado dos investimentos do próprio fundo administrativo, outras receitas administrativas e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para custear as despesas administrativas do exercício subsequente.

Fundo dos Investimentos

O fundo dos Investimentos é formado pela diferença apurada entre os valores cobrados a título de seguro para cobertura de risco e os pagamentos de sinistros ocorridos na liquidação de empréstimos a participantes.

NOTA 04. DISPONÍVEL

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito, em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

Descrição	2016	2015
DISPONÍVEL	110	47
IMEDIATO	110	47
CAIXA	-	1
Bancos Conta Movimento	110	46
Brasil	99	20
Caixa Econômica Federal	5	12
Itaú	6	14

NOTA 05. REALIZÁVEL

5.1. Gestão Previdencial

Registra os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais do mês em curso com vencimento em janeiro, cujos saldos são:

Descrição	2016	2015
Contribuições normais do mês	1.718	1.571
Patrocinadora CASAN	833	758
Participantes ativos CASAN	885	813
Total do Realizável Gestão Previdencial	1.718	1.571

5.2. Gestão Administrativa

Registra os valores a receber pelo Programa de Gestão Administrativa. Os saldos em 31 de dezembro são:

Descrição	2016	2015
Responsabilidade dos Empregados	11	12
Depósitos Judiciais/ Recursais – PIS e COFINS	14	-
Valores a Identificar	1	1

Total do Realizável Gestão Administrativa	26	13
---	----	----

5.3. Investimentos

Registra as aplicações dos recursos no mercado financeiro. Em 31 de dezembro a CASANPREV possuía os seguintes investimentos em garantia das reservas técnicas:

Descrição	2016	2015
Títulos Públicos	92.501	71.622
Títulos Públicos Federais	92.501	71.622
Notas do Tesouro Nacional	92.501	71.622
Créditos Privados e Depósitos	3.872	3.903
Sociedades de Propósito Específico	3.872	3.903
Certificados de Recebíveis Imobiliários	3.872	3.903
CRI Cota Sênior Habitasec	3.872	3.903
Fundos de Investimento	121.795	119.564
Referenciado	31.661	27.405
Bradesco Referenciado DI Premium	16.329	10.272
BNP Paribas Match DI Fundo de Invest Referenciado	15.332	17.132
Renda Fixa	20.453	33.129
Gap Yield FIRF	-	15.041
Infinity Lotus Fundo de Investimento RF	15.337	11.128
Santander FIC FI IMA-B5 Títulos Pub Renda Fixa	5.116	6.960
Ações	24.806	20.902
Bogari Value FIC FI. De Ações	10.781	8.429
JGP Institucional - FIA	3.945	3.011
Sul America Expertise FIA	1.880	1.651
Brasil Plural FIC de FIA	8.200	7.811
Multimercado	28.078	21.046
Brasil Plural Institucional 15 FIC FI Multimercado	15.399	18.970
Garde D'artagnan FIC de FI Multimercado	6.370	-
Institutional Active Fix IB - Multimercado	-	2.076
Safrá Galileo Fundo de Investimento Multimercado	6.309	-
Direitos Creditórios	10.125	10.305
FIDC Multisetorial Bva Master III	6	5
FIDC Multisetorial Itália	52	196
FIDC Casan Saneamento	10.067	10.105
Participações	6.672	6.777
Ático Florestal - FIP	6.672	6.777
Investimentos Imobiliários	5.960	1.130
Terrenos	1.130	1.130
Aluguéis e Renda	4.830	-
Locadas a Terceiros	4.830	-
Salas e Garagens do Edifício trompowsky Corporate	4.830	-
Empréstimos E Financiamentos	15.577	15.275
Empréstimos	15.577	15.275
Total do Realizável de Investimentos	239.705	211.494

Títulos Públicos Considerados até o vencimento para Ajuste dos Ativos

Tipo	Compra em % a.a.	Vencimento	Quantidade	Considerado
NTN-B	6,160800	15/08/2030	450	Sim
NTN-B	6,172300	15/08/2050	447	Sim
NTN-B	6,174400	15/08/2040	440	Sim
NTN-B	6,160800	15/08/2030	1.700	Sim
NTN-B	6,174600	15/05/2035	825	Sim
NTN-B	6,174600	15/05/2035	2.800	Sim
NTN-B	6,172300	15/08/2050	2.000	Sim
NTN-B	6,172300	15/08/2050	2.000	Sim
NTN-B	6,174400	15/08/2040	1.000	Sim
NTN-B	6,008556	15/08/2040	1.095	Sim
NTN-B	6,008556	15/08/2040	1.095	Sim
NTN-B	5,948142	15/08/2030	680	Sim
NTN-B	5,900004	15/08/2040	800	Sim
NTN-B	5,800013	15/05/2019	1.150	Sim
NTN-B	6,140839	15/08/2020	1.370	Sim
NTN-B	6,071176	15/08/2018	780	Sim
NTN-B	6,086599	15/05/2019	1.340	Sim
NTN-B	6,122300	15/08/2024	1.940	Sim
NTN-B	6,162357	15/08/2020	760	Sim
NTN-B	6,558837	15/05/2019	1.150	Sim
NTN-B	6,122300	15/08/2024	1.300	Sim
NTN-B	7,300016	15/08/2020	510	Sim
NTN-B	6,650011	15/05/2023	2.500	Sim
NTN-B	6,048280	15/05/2045	3.000	Sim

NOTA 06. ATIVO PERMANENTE

Registra o valor contábil de bens e direitos imobilizados que estão contabilizados ao custo de aquisição, ajustado por depreciação conforme descrito na nota 3.1.3, apresentando os seguintes saldos:

Descrição	% Deprec.	2016	Adições/ Depreciação	2015
IMOBILIZADO		56	22	34
OPERACIONAL CORPÓREO		56	22	34
BENS MÓVEIS		56	22	34
Computadores	20%	12	-2	14
Computadores - Custo		43	4	39
Depreciação Acumulada (-)		-31	-6	-25
Periféricos	20%	11	10	1
Periféricos - Custo		14	10	4
Depreciação Acumulada (-)		-3	-	-3
Sistemas Operacionais	20%	0	-	0
Sistemas Operacionais - Custo		4	-	4
Depreciação Acumulada (-)		-4	-	-4
Móveis e Utensílios	10%	22	10	12
Móveis e Utensílios - Custo		39	13	26
Depreciação Acumulada (-)		-17	-3	-14
Máquinas e Equipamentos	10%	11	4	7

polis/SC

Máquinas e Equipamentos - Custo	18	6	12
Depreciação Acumulada (-)	-7	-2	-5
Total do Ativo Permanente	56	22	34

NOTA 07. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1. Gestão Previdencial

Registra os valores de impostos retidos sobre os pagamentos de benefícios, e recebidos dos participantes para cobertura de Risco. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Contribuições para Cobertura de Risco	39	41
IRRF s/Benefícios e resgates	96	85
Total Exigível - Gestão Previdencial	135	126

7.2. Gestão Administrativa

Registra as despesas a pagar relativas ao Plano de Gestão Administrativa, decorrentes de adiantamentos de contribuições, salários e encargos, fornecedores e encargos tributários, e as retenções a recolher com vencimentos em janeiro. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Salários e Encargos	84	72
Fornecedores Diversos	30	9
TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle	8	4
IRRF e CSRF a recolher	2	2
Cofins s/Receita Administrativa	-	7
PIS s/Receita Administrativa	-	1
Total Exigível - Gestão Administrativa	126	95

7.3 Exigível - Investimentos

Representa valores a pagar relacionados aos investimentos de empréstimos a participantes no último decêndio de dezembro. Em 31 de dezembro os saldos eram os seguintes:

Descrição	2016	2015
EMPRESTIMOS	5	5
IOF sobre Empréstimos	5	5
Total Exigível - Investimentos	5	5

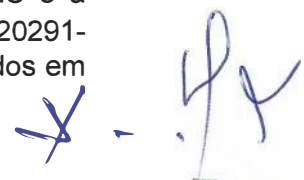
NOTA 08. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

a) Trabalhista

A Entidade é polo passivo em 44 processos judiciais de cunho trabalhista. De acordo com a Resolução CFC nº 1180/2009, os assessores jurídicos classificam 17 processos, no montante de R\$ 393 mil, como prováveis, dez processos no montante de R\$ 351 mil são classificados como possíveis e 17 classificados com probabilidade remota. O referido montante não está reconhecido nas demonstrações financeiras da Entidade.

b) Fiscal

A entidade vem depositando judicialmente as Contribuições para o PIS e a COFINS desde novembro de 2016, conforme processo nº 5020291-56.2016.4.04.7200, movido contra a União Federal. Os valores depositados em



juízo estão atualizados pela Caixa Econômica Federal e contabilizados no Realizável – Gestão Administrativa.

O saldo Provisionado e corrigido para os encargos de PIS e COFINS sobre as receitas administrativas apresenta o seguinte montante:

DESCRIÇÃO	2016	2015
Exigível Contingencial	579	
Gestão Administrativa	579	
Provisão	579	
COFINS – Depósito Judicial	20	
PIS – Depósito Judicial	3	
Total Exigível - Contingencial	23	

NOTA 09. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1. Patrimônio de cobertura do plano

Registra o valor das Provisões matemáticas corresponde ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da CASAN – Plano CASANPREV e o equilíbrio técnico. Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos pelo atuário, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, os órgãos públicos e a própria CASANPREV. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer. A composição Consolidada das obrigações atuariais do plano, em 31 de dezembro era a seguinte:

Descrição	2016	constituição	2015
Provisões matemáticas	236.579	19.868	216.711
Benefícios concedidos	140.668	18.966	121.702
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	140.668	18.966	121.702
Valor atual dos benefícios futuros programados	138.515	18.836	119.679
Valor atual dos benefícios futuros não programado	2.153	130	2.023
Benefícios a conceder	99.899	670	99.229
Contribuição definida	25.883	6.416	19.467
Saldo de contas - parcela patrocinador	12.906	3.328	9.578
Saldo de contas - parcela participantes	12.977	3.088	9.889
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	74.016	-5.746	79.762
Valor atual dos benefícios futuros programados	105.450	-6.658	112.108
(-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinador	-15.018	1.095	-16.113
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	-16.416	-183	-16.233
(-) Provisões matemáticas a constituir	-3.988	232	-4.220
(-) Serviço passado	-3.988	232	-4.220
(-) Patrocinador(es)	-3.988	232	-4.220
Equilíbrio técnico	-421	9.102	-9.523
Resultados realizados	-421	9.102	-9.523
(-) Déficit técnico acumulado	-421	9.102	-9.523
Total patrimônio de cobertura do plano	236.158	28.970	207.188

Conforme a Resolução CNPC nº 22/2016, o déficit a ser equacionado, observada a situação econômica, financeira e atual do Plano, deverá ser aquele que ultrapassar o limite apurado pela seguinte formulação: $1\% \times (\text{duração do passivo em anos} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ cujos benefícios estejam estruturados na modalidade de benefício definido.




Para o Plano em tela, este limite equivale a R\$ 19.244.628,24 = 1% x (13,31 – 4) x R\$ 206.709.218,51 (valores em reais)

Portanto, observando a legislação, o déficit a ser equacionado em 31/12/2016 é de R\$ 0,00 (nulo).

Ainda neste contexto, segundo a Instrução PREVIC nº 19/2016, para fins de equacionamento de déficit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios, sendo este ajuste positivo ou negativo.

Assim, o ajuste de precificação do ativo, decorrente da aplicação da referida Instrução, com base na planilha disponibilizada pela Portaria nº 29/2017 resultou em um ajuste positivo de R\$ 5.312, que gerou um equilíbrio técnico ajustado positivo na ordem de R\$ 4.891.

9.2. Fundos

9.2.1 – Fundos Administrativos

O fundo Administrativo é formado pela diferença apurada entre as fontes de receita e custeio e as despesas dos Plano de Gestão Administrativa. O Fundo Administrativo corresponde à parcela ainda não utilizada das receitas destinadas especificamente pelo plano de custeio para a cobertura dos gastos administrativos. Esse fundo deverá ser utilizado ou revertido para a cobertura de insuficiências ocorridas no plano de gestão administrativa.

Em 2016 o fundo administrativo apresentou o seguinte fluxo:

Descrição	2016	constituição	2015
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	5.021	-499	5.520
Constituição	3.991	-1.220	5.211
Atualização	1.030	721	309
Total - Fundos administrativos	5.021	-499	5.520

9.2.2 – Ajustes e eliminações decorrentes do processo de Consolidação das Demonstrações Contábeis

Para fins de consolidação das demonstrações a Participação no Plano de Gestão Administrativa – PGA é eliminada através do Balancete de Operações comuns. Assim o somatório das contas patrimoniais dos Planos de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa deve ser deduzido do saldo das contas 1.2.2.3- Participação no Plano de Gestão Administrativa e 2.3.2.2.02 - Participação no Fundo Administrativo.

Classificação	Descrição	2016	2015
1.2.2.3	PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
1.2.2.3.01	Participação no PGA – Plano CASANPREV	5.021	5.520
1.2.2.3.01	Participação no PGA - Operações Comuns	-5.021	-5.520
2.3.2.2.02	PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA		
2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo PGA - Plano CASANPREV	5.021	5.520
2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo PGA - Operações Comuns	-5.021	-5.520

NOTA 10. RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

10.1. Gestão Previdencial

10.1.1. Adições



Registra as contribuições normais, contribuições extraordinárias e portabilidades previdenciais oriundas dos participantes referentes ao custeio do plano de benefícios, prevista na adesão ao plano. Durante os exercícios foram apurados os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Correntes	12.115	12.500
Patrocinador	6.377	7.017
Contribuições normais	5.562	5.075
Contribuições extraordinárias	815	1.942
Participantes	5.713	5.454
Ativos	5.599	5.363
Contribuições normais	5.558	5.106
Contribuições extraordinárias	41	257
Assistidos	114	91
Autopatrocinados	25	29
Contribuições normais	25	29
Portabilidade	6	3
Previdencia complementar Privada	6	3
Total de adições	12.121	12.503

10.1.2. Deduções

Representa a soma dos recursos utilizados no pagamento de benefícios e institutos e apresentou os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Aposentadoria programada	9.405	7.776
Invalidez	5	18
Pensões	17	18
Resgate	156	101
Portabilidade - EAPC	62	10
Total de deduções	9.645	7.923

10.1.3. Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial

Representa os recursos provisionados para pagamento de benefícios de invalidez, depositado no Tribunal Regional do Trabalho.

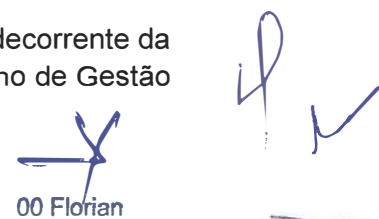
10.1.4. Cobertura de despesas administrativas

As despesas administrativas, relativas ao Plano de Benefícios Previdenciários, são custeadas pela Patrocinadora e pelos Participantes, nos termos do Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente. O Custeio Administrativo é resultado da aplicação da alíquota de 7% sobre o valor das contribuições. Durante os exercícios foram apurados os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Patrocinador	446	492
Participantes/assistidos	505	449
Autopatrocinados	2	3
Total de Cobertura de despesas administrativas	953	944

10.1.5. Fluxo dos investimentos

Registra a transferência de recursos oriundos do Fluxo de Investimentos decorrente da remuneração dos recursos, observada a participação proporcional do Plano de Gestão Previdencial no montante aplicado.



00 Florian

Descrição	2016	2015
Fluxo Positivo dos Investimentos	27.451	22.423
Fluxo Negativo dos Investimentos	-	-297
Total Fluxo dos Investimentos	27.451	22.126

10.1.6. Constituição/Reversão de Provisões Atuariais

Representa o montante apropriado às Provisões matemáticas apuradas atuarialmente, e apresentaram os seguintes valores no período:

Descrição	2016	2015
Benefícios Concedidos	-18.966	-21.095
Benefícios a Conceder	-670	-5.573
Provisões Matemáticas a Constituir	-232	-3.558
Constituições/reversões de provisões atuariais	-19.868	-30.226

10.2. Gestão Administrativa

Registra exclusivamente os resultados da gestão administrativa da entidade, não contemplados no plano de benefícios. As contas de resultados do programa administrativo estão demonstradas pelo Princípio de Competência.

Critérios utilizados para o custeio administrativo

O critério utilizado para o custeio administrativo é o custeio direto. São utilizados critérios uniformes de rateio, descritos em controles auxiliares.

10.2.1. Receitas

Representa a soma das importâncias recebidas do plano de gestão previdencial e de investimentos para cobertura dos custos administrativos. Durante o exercício foram os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Gestão previdencial	953	944
Correntes	953	944
Patrocinador	446	492
Participantes	505	448
Autopatrocinados	2	3
Investimentos	35	34
Taxa de administração de empréstimos e financiamento	35	34
Diretas	30	31
Pro-labore (Mongeral)	30	31
Receitas	1.018	1.009

Receitas Diretas

Registra receitas da entidade não relacionadas com as contribuições previdenciais e a gestão de investimentos decorrentes de comissões pela intermediação da cobertura de risco, pagas pela seguradora Mongeral conforme convênio.

10.2.2. Despesas do Programa Administrativo

As despesas administrativas de todos os Programa são registradas de acordo com a natureza, classificando-se em Gestão previdencial e Investimentos. Durante o exercício foram apuradas as seguintes despesas administrativas:

Descrição	2016	2015
DESPESAS	2.215	1.582
GESTÃO PREVIDENCIAL	2.022	1.512

PESSOAL E ENCARGOS	1.030	859
DIRIGENTES	406	410
PESSOAL PRÓPRIO	624	449
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	46	6
VIAGENS E ESTADIAS	80	42
SERVIÇOS DE TERCEIROS	423	317
PESSOA FÍSICA		17
GESTÃO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		17
PESSOA JURÍDICA	423	300
CONSULTORIA ATUARIAL	102	91
CONSULTORIA CONTÁBIL	46	42
CONSULTORIA JURÍDICA	136	66
RECURSOS HUMANOS	6	10
INFORMÁTICA	114	72
AUDITORIA CONTÁBIL	12	12
OUTRAS - TARIFAS BANCÁRIAS	7	6
DESPESAS GERAIS	348	203
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13	10
TRIBUTOS	82	75
INVESTIMENTOS	193	70
SERVIÇOS DE TERCEIROS	48	48
PESSOA JURÍDICA	48	48
CONSULTORIA DOS INVESTIMENTOS	48	48
DESPESAS GERAIS	145	22

10.2.3. Constituição de Contingências Administrativas

Registrar as contingências, as atualizações e encargos, comuns ou específicos, relativos a litígios relacionados à administração da Gestão Previdencial, cujas decisões futuras podem gerar desembolso pelo plano. estão consignados nesta conta os valores provisionados para pagamento de PIS e COFINS a partir de outubro de 2016, mediante decisão liminar no processo nº 5020291-56.2016.4.04.7200 mencionado na nota 8.

10.3. Fluxo dos Investimentos

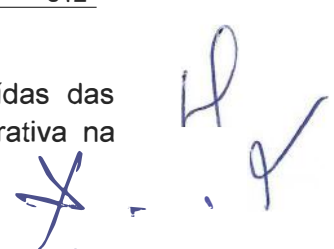
É o grupo destinado ao gerenciamento das aplicações dos recursos da Entidade, e apresenta os resultados líquidos dos diversos segmentos de aplicação. As contas de resultados do fluxo de investimentos estão demonstradas pelo Princípio de Competência.

Registra as rendas e variações positivas, ajustadas pelas deduções e variações negativas nos diversos segmentos:

Descrição	2016	2015
TÍTULOS PÚBLICOS	9.858	9.924
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	625	591
FUNDOS DE INVESTIMENTO	15.568	9.077
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.212	2.989
RELACIONADOS COM O DISPONÍVEL	-134	-113
(=) RESULTADO BRUTO DOS INVESTIMENTOS	28.129	22.468
(-) COBERTURA DESP ADMINISTRAT DE INVESTIMENTOS	-35	-34
(+) REVERSÃO DE FUNDOS	78	5
(=) APURAÇÃO DO FLUXO DOS INVESTIMENTOS	28.172	22.438
GESTÃO PREVIDENCIAL	-27.451	-22.126
GESTÃO ADMINISTRATIVA	-721	-312

Critérios utilizados para remuneração dos Planos

O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.



11. GESTÃO E CUSTÓDIA DOS INVESTIMENTOS

11.1. Gestão de Recursos

A CASANPREV faz gestão dos recursos financeiros, garantidores das provisões matemáticas, mediante aquisição de títulos Públicos e Privados, cotas de fundos de investimentos e concessão de empréstimos a Participantes, os quais são controlados individualmente através de sistema eletrônico de computador, e a sua cobrança é através de consignação em folha de pagamento.

11.1. Custódia

De acordo com o art. 14 da Resolução CMN nº. 3.792/2009, todos os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados no Itaú Custódia em conta própria da fundação.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

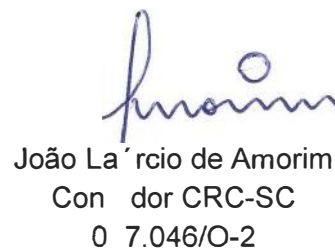
Florianópolis, (SC) 31 de dezembro 2016.



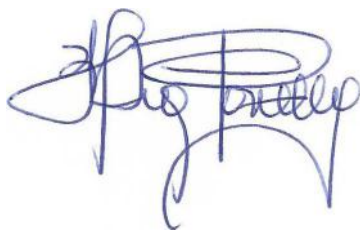
Adir Alcides de Oliveira
Diretor Presidente



Carlos Fernando de Moraes Barros
Diretor de Seguridade



João Laércio de Amorim
Convidado CRC-SC
O 7.046/O-2



5. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
Fundação Casan de Previdência Complementar - Casanprev
Florianópolis - SC.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Casan de Previdência Complementar - Casanprev (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Casan de Previdência Complementar - Casanprev e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos - Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Fundação Casan de Previdência Complementar - Casanprev para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 06 de abril de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

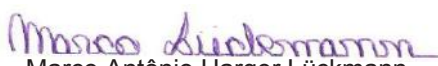
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 09 de março de 2017.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

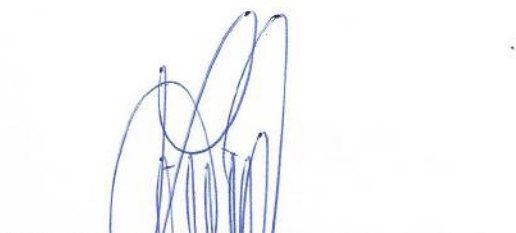

Marco Antônio Harger Lückmann
Contador
CRC PR 023.456/O - 6 - T - PR

6. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CASANPREV, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o balanço Patrimonial Consolidado a Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdenciário, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL consolidada e por plano de benefício previdenciário, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Obriga es Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdenciário) as Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis Consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2016, são de opinião de que tais documentos merecem aprova o.

Florianópolis, 31 de março de 2017.



CARLOS IVAN STURZBECHER
Conselheiro Titular

JULIO CEZAR GRANDO
Conselheiro Titular

SILVIO CAMILO DELINO
Conselheiro Titular

VALERIO MANOEL LEAL
Conselheiro Suplente

7. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Fluxo Financeiro, as Notas Explicativas, o Demonstrativo de Resultados e Avaliação Atuarial - DRAA, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, bem como as demais demonstrações contábeis relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, observado o disposto no parecer dos Auditores Independentes, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Florianópolis, 31 de março de 2017.


Vera Lúcia Dias Portella
Conselho Deliberativo

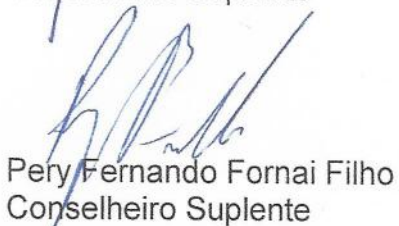

Romaldo Cesar Sandrini
Conselheiro Suplente


Andreia May
Conselheiro Titular


Márcio Romeu Dutra
Conselheiro Titular


Julio Cezar de Souza Cardoso
Conselheiro Suplente


Pedro Richard Martins
Conselheiro Titular


Pery Fernando Fornai Filho
Conselheiro Suplente


Luiz Alberto Carone Guedesrt
Conselheiro Suplente


Claudir Twardowski
Conselheiro Suplente

8. PARECER ATUARIAL



PARECER ATUARIAL PA 03/2017

**Plano Misto de Benefícios Previdenciários
da CASAN - Plano CASANPREV
CNPB: 2008.0023-65**

**FUNDAÇÃO CASAN DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
CASANPREV**



1. OBJETIVO

O presente parecer tem por objetivo apresentar a qualidade do cadastro de dados dos participantes, as hipóteses e métodos atuariais, o custo do plano, os resultados da Avaliação Atuarial e o custo administrativo.

O Plano CASANPREV apresenta o seguinte elenco de benefícios:

A. Quanto aos Participantes:

1. Renda Mensal de Aposentadoria Programada - RMAP, constituídas das seguintes rendas:
 - Renda Mensal Básica (RMB);
 - Renda Mensal CAV (RMCV);
 - Renda Mensal CAV com Reversão em Pensão (RMCVR);
 - Renda Mensal Básica Diferida (RMBD);
 - Renda Mensal Diferida CAV (RMD-CV); e
 - Renda Mensal Diferida CAV com reversão em Pensão (RMD-CVR).
2. Renda Mensal de Aposentadoria por Invalidez (RMAPI), constituída das seguintes Rendas:
 - Renda Mensal de Invalidez CAV (RMI-CV);
 - Renda Mensal de Invalidez CAV com Reversão em Pensão (RMI-CVR);
3. Abono Anual (AA).

B. Quanto aos Beneficiários:

1. Renda Mensal de Pensão Básica (RMPB);
2. Renda Mensal de Pensão CAV (RMP-CAV); e
3. Abono Anual (AA).

2. BASE CADASTRAL

As informações referentes aos participantes ativos, assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, nos foram enviadas em arquivo magnético pela CASANPREV, com data-base em 31/12/2016 em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2016. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela Entidade.

Analizando as informações encaminhadas se verificou que o Plano Misto de Benefícios Previdenciários da CASAN - CASANPREV possui em seu cadastro de participantes em não gozo de benefício 1.674, sendo 1.532 ativos, 7 autopatrocinados, 6 BPD e 129 cancelados aguardando resgate. No seu cadastro de participantes em gozo de benefício tem -se 303 aposentados e 7 pensionistas.

Tabela 01 - Distribuição de Participantes por sexo

Participantes	Masculino	Feminino
Ativos, Autopatrocinados e BPD	1.407	267
Assistidos	236	67
Pensionistas	1	6

Tabela 02 - Informações gerais - Participantes

Participantes	Masculino	Feminino
Idade média na data da avaliação	49,76	45,65
Idade média prevista de aposentadoria	59,83	58,54
Tempo médio de espera para aposentadoria	10,06	12,89
Tempo médio de Patrocinadora	20,21	18,71

3. HIPÓTESES BIOMÉTRICAS, ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade Contribuição Variável e é avaliado sob o regime de capitalização e método atuarial agregado.

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como Biométricas, Econômicas e Demográficas. O Anexo da Resolução CGPC n° 18, de 28 de março de 2006, e suas posteriores alterações, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devam estar adequadas às características do regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Nesse viés, foi realizado um estudo estatístico das hipóteses atualmente adotadas pelo Plano CASANPREV e o apresentou através do Relatório de Hipóteses Atuariais. Solicitou-se, portanto, uma manifestação da Entidade quanto às referidas hipóteses para que pudéssemos adotá-las na presente avaliação.

Foram mantidas as mesmas hipóteses atuariais da Avaliação Atuarial do exercício de 2015, realizada pela Data A Soluções em Previdência. Sendo assim, com base na manifestação encaminhada pela Entidade, seguem abaixo as premissas adotadas para a Avaliação Atuarial de 2016 que passarão a vigor a partir de 1° de abril de 2017, e que serão apresentadas nas Demonstrações Atuariais.

- a) Fator de Determinação: 98,01%.
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Básica M.
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 Básica M.
- d) Tábua de Entrada em Invalidez: HUNTER.
- e) Composição Familiar:
 - Benefícios Concedidos: Família real.
 - Benefícios a Conceder: Considera-se 78% de chance de estar casado tendo apenas um dependente vitalício com base nas diferenças de idade que seguem. Para o cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem que o participante titular e, para o cônjuge do sexo masculino 1 anos mais velho que o participante titular.



- f) Crescimento Real de Salários: 1,64% a cada dois anos (a projeção de crescimento real dos salários é de 1,64%, a cada dois anos, excluídos os participantes em gozo dos programas de Incentivo a Aposentadoria - PIA e Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI).
- g) Taxa de Juros: 5,50% a.a.

4. PLANO DE CUSTEIO VIGENTE

Considerando as informações prestadas no parecer da Avaliação Atuarial do exercício de 2014, observa-se abaixo como está constituído o atual plano de custeio do Plano CASANPREV.

4.1. Contribuições da Patrocinadora:

- Contribuição normal mensal: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;
- Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;
- Contribuição extraordinária - serviço passado: considerando os valores integralizados pela Patrocinadora até 31/12/2016 e a atualização mensal da respectiva Provisão, tem-se o montante de R\$ 3.987.523,59, sem considerar a sobrecarga administrativa.

Observa-se o respectivo saldo remanescente tendo em vista que nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 as contribuições da Patrocinadora não foram integralizadas nos montantes e prazos previstos, bem como algumas parcelas em 2012, 2013, 2014 e 2015. Assim, sugere-se que a Entidade informe a Patrocinadora quanto a integralização do montante remanescente da Contribuição Extraordinária.

4.2. Contribuições dos Participantes:

- Contribuição normal mensal dos participantes ativos, autopatrocinados e vinculados: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicadas sobre o Salário de Contribuição, conforme item 4.3 abaixo.
- Joia: conforme disposto no Regulamento do Plano Joia paga pelos Participantes em 31/12/2016 foi de R\$ 37.907,66, sem considerar a sobrecarga administrativa.
- Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

4.3. Custeio do Plano:

A seguir são demonstrados os percentuais da contribuição normal mensal devida pela Patrocinadora e Participantes ao Plano.

Tabela 03 - Custeio do Plano com taxa de carregamento

Custeio	Patrocinadora	Participante	Total
Benefícios estruturados na modalidade BD	4,60% (*)	4,60% (*)	9,20% (*)
Benefícios estruturados na Modalidade CV	4,60% (**)	4,60% (**)	9,20% (**)

Tabela 04 - Custeio do Plano sem taxa de carregamento

Custeio	Patrocinadora	Participante	Total
Benefícios estruturados na modalidade BD	4,278% (*)	4,278% (*)	8,556% (*)
Benefícios estruturados na Modalidade CV	4,278% (**)	4,278% (**)	8,556% (**)

(*) Percentual incidente sobre o Salário Real de Contribuição (SRC) do participante, calculado e atualizado conforme estabelece o artigo 12 do Regulamento do Plano; (**) Percentual incidente sobre a soma entre as Parcelas do Grupo "B", conforme definido no artigo 10 do Regulamento do Plano, e a Parcela Excedente conforme definido no artigo 13 do Regulamento.

5. PROVISÕES MATEMÁTICAS NA DATA BASE DOS DADOS

Considerando o Plano de Custeio vigente em 31/12/2015, a metodologia descrita na Nota Técnica Atuarial do Plano CASANPREV, bem como as informações cadastrais e financeiras dos participantes e as hipóteses adotadas conforme manifestação formal da Entidade, tem-se os seguintes resultados posicionados em 31/12/2016:

Tabela 05 - Provisões Matemáticas, Fundos e Resultado

Conta	Descrição	Em R\$
2.3.0.0.00.00.00	Patrimônio Social	241.326.635,77
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	236.158.501,06
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	236.579.368,89
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	140.667.837,13
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	140.667.837,13
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	138.514.474,94
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	2.153.362,19
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	99.899.055,35
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	25.882.626,79
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	12.906.249,49
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	12.976.377,30
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	74.016.428,56
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	105.450.647,03
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-15.017.879,02
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-16.416.339,45
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-3.987.523,59
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-3.987.523,59
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-3.987.523,59
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	-420.867,83
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	-420.867,83
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-420.867,83
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	-
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	5.168.134,71
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	-
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	5.021.469,06
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	146.665,65

6. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

6.1. Resultado do Plano de Benefícios

A situação atuarial do Plano CASANPREV, administrado pela CASANPREV, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou, em 31/12/2016, resultado de déficit técnico.

O resultado deficitário, em 31/12/2016, corresponde a R\$ 420.867,83, quando se confronta o Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas no montante de R\$ 236.579.368,89, com o Patrimônio para Cobertura do Plano no montante de R\$ 236.158.501,06. Vale ressaltar que este resultado refere-se aos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, Renda Mensal Básica e Renda Mensal de Pensão Básica.

Após apurar o resultado deficitário do Plano CASANPREV, buscou-se verificar quais fatores influenciaram o referido resultado.

Constatou-se que o déficit ainda é reflexo do resultado acumulado no exercício de 2015, cujos principais fatores foram a perda financeira do exercício de 2015, dado que a rentabilidade do Plano foi inferior à meta atuarial.

Por outro lado, três eventos colaboraram para redução do déficit técnico esperado, são eles a rentabilidade real acima da meta atuarial de rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos garantidores do Plano na ordem de R\$ 1.6 milhões, o impacto positivo na ordem de R\$ 4.4 milhões em relação aos encargos de reversão em pensão dos ativos por adotar uma proporção de casado inferior a 100% e pelo ajuste no programa de pensionistas, que gerou um impacto positivo na ordem de R\$ 0,8 milhões.

Observou-se que no exercício de 2016 a rentabilidade nominal líquida auferida, de janeiro a dezembro/2016, pela aplicação dos recursos garantidores do Patrimônio de Cobertura do Plano, foi de 13,21% enquanto que a meta atuarial, composta pelo INPC (janeiro/16 a dezembro/16), mais a taxa de juros de 5,5% ao ano, resultou em 12,44%.

Como no exercício anterior, a postergação da aposentadoria normal gerou uma economia (ganho) para o Plano em torno de R\$ 2.7 milhões no exercício de 2016.

Considerando o que diz a Resolução nº 22/2015, o déficit a ser equacionado, observada a situação econômica, financeira e atual do Plano, deverá ser aquele que



ultrapassar o limite apurado pela seguinte formulação: $1\% \times (\text{duração do passivo em anos} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ cujos benefícios estejam estruturados na modalidade de benéfico definido.

Para o Plano em tela, este limite equivale a R\$ 19.244.628,24 = $1\% \times (13,31 - 4) \times \text{R\$ } 206.709.218,51$. Portanto, observando a legislação e o limite para equacionamento, não há déficit acumulado a ser equacionado em 31/12/2016.

Na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015 a entidade considerou, mesmo não havendo déficit técnico a ser equacionado, ou seja, acima do limite legal, para fins de cálculo do equilíbrio técnico ajustado do Plano o que preconiza a Instrução PREVIC nº 19/2015, ou seja, para fins de equacionamento de déficit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios, sendo este ajuste positivo ou negativo.

Como visto acima, igual a 31/12/2015, apesar da existência de déficit técnico acumulado em 31/12/2016, o mesmo está abaixo do limite legal para equacionamento, entretanto a Entidade optou por manter a prerrogativa da Instrução PREVIC nº 19/2015 quanto ao ajuste positivo ou negativo pela precificação dos ativos.

Com isso, o ajuste de precificação do ativo, decorrente da aplicação da referida Instrução, com base na planilha disponibilizada pela Portaria nº 29/2017 resultou em um ajuste positivo de R\$ 5.311.751,82, que gerou um equilíbrio técnico ajustado na ordem de R\$ 4.890.883,99 (R\$ 5.311.751,82 - R\$ 420.867,83).

Desta forma cumpre esclarecer alguns pontos necessários para adoção e manutenção deste preceito legal, conforme segue na transcrição da legislação abaixo:

Capítulo IV

Do Ajuste de Precificação e da Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

Art. 8º O valor do ajuste de precificação, apurado no máximo em periodicidade anual, corresponde à diferença entre:

I - o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial; e

II - o valor contábil desses mesmos títulos.

Art. 9º O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;



II - tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;

III - o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;

IV - o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;

V - a duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e

VI - esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

§1º No cálculo do valor presente e da duração dos fluxos mencionados nos incisos III, IV e V, será aplicada a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício correspondente.

§2º Os títulos utilizados para fins de ajuste não poderão ser excluídos do cálculo dos exercícios subsequentes, exceto quando não atenderem aos requisitos constantes nos incisos I a VI.

§3º Os títulos objetos de ajuste poderão ser vendidos, observada a legislação vigente.

(...)."

Segue na tabela 6 os títulos públicos que nos foram disponibilizados pela EFPC para realização do estudo de ajuste dos ativos:

Tabela 6 - Títulos Públicos Considerados até o vencimento para Ajuste dos Ativos

Tipo	Compra em % a.a.	Vencimento	Quantidade	Considerado
NTN-B	6,160800	15/08/2030	450,00	Sim
NTN-B	6,172300	15/08/2050	447,00	Sim
NTN-B	6,174400	15/08/2040	440,00	Sim
NTN-B	6,160800	15/08/2030	1.700,00	Sim
NTN-B	6,174600	15/05/2035	825,00	Sim
NTN-B	6,174600	15/05/2035	2.800,00	Sim
NTN-B	6,172300	15/08/2050	2.000,00	Sim
NTN-B	6,172300	15/08/2050	2.000,00	Sim
NTN-B	6,174400	15/08/2040	1.000,00	Sim
NTN-B	6,008556	15/08/2040	1.095,00	Sim
NTN-B	6,008556	15/08/2040	1.095,00	Sim
NTN-B	5,948142	15/08/2030	680,00	Sim

Tipo	Compra em % a.a.	Vencimento	Quantidade	Considerado
NTN-B	5,900004	15/08/2040	800,00	Sim
NTN-B	5,800013	15/05/2019	1.150,00	Sim
NTN-B	6,140839	15/08/2020	1.370,00	Sim
NTN-B	6,071176	15/08/2018	780,00	Sim
NTN-B	6,086599	15/05/2019	1.340,00	Sim
NTN-B	6,122300	15/08/2024	1.940,00	Sim
NTN-B	6,162357	15/08/2020	760,00	Sim
NTN-B	6,558837	15/05/2019	1.150,00	Sim
NTN-B	6,122300	15/08/2024	1.300,00	Sim
NTN-B	7,300016	15/08/2020	510,00	Sim
NTN-B	6,650011	15/05/2023	2.500,00	Sim
NTN-B	6,048280	15/05/2045	3.000,00	Sim

Por fim, salientamos que a adoção desta prerrogativa, deve ser encarada como mais um item a ser monitorado pela EFPC, tanto em termos de liquidez do Plano, considerando a necessidade do pagamento dos benefícios e as regras de pagamentos dos cupons e do principal dos títulos públicos com sua manutenção até o vencimento, como, pelo cumprimento dos incisos I, II e VI do artigo 9º da Instrução nº 19/2015.

6.2. Custeio Administrativo

O Plano CASANPREV, com início de funcionamento em 01/08/2008, adotou, deste então a taxa de carregamento de 7% sobre as contribuições previdenciárias haja vista o Fluxo Operacional das Despesas Administrativas desenvolvido para mensurar as receitas e despesas administrativas da Entidade. Tal taxa foi aprovada pela Patrocinadora através do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de aprovação do Plano.

Com o objetivo de verificar o equilíbrio entre as receitas e as despesas administrativas do Plano CASANPREV, foi realizado um estudo com base no fluxo de receitas e despesas ao longo de 2016, assim, constatou-se um valor de receita ao longo de 2016 de R\$ 1.739.299,27 e de despesa de R\$ 2.238.135,17. Assim, concluiu-se, que houve um déficit em 2016, no quesito receitas contra despesas no valor de R\$ 498.835,90, quase o dobro do observado no exercício de 2016.

Observou-se ainda o registro contábil de um Fundo Administrativo no montante de R\$ 5.021.469,06.

Sugere-se a manutenção da atual alíquota de contribuição administrativa de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.



Sugere-se também o monitoramento dos recursos arrecadados, frente às despesas administrativas da Entidade, para que o Fundo Administrativo se mantenha suficiente para cobertura de eventuais despesas extraordinárias, observando seu orçamento anual e a manutenção da Entidade no período da *duration* do Passivo.

Caso, ao final do exercício de 2017, observe-se mais um déficit entre receitas e despesa administrativas, sugerimos a realização de estudo para revisão da alíquota de carregamento administrativo.

Quanto ao custeio das despesas administrativas de responsabilidade dos assistidos, o Regulamento estabelece que:

“Art. 95. O custeio das despesas administrativas será feito com os recursos oriundos da Taxa Administrativa, fixada inicialmente em 7% (sete por cento) contabilizado no FUNDO ADMINISTRATIVO.

55º Os Assistidos pagarão Taxa Administrativa em valor a ser deduzido do Benefício, e atualizada anualmente no Plano de Custeio.” (grifo nosso)

Assim, conforme Ata da 43ª reunião do Conselho Deliberativo da Entidade, foi aprovado que a taxa de carregamento corresponde a média das 36 últimas taxas administrativas pagas pelo participante enquanto ativo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na qualidade de atuário do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da CASAN - CASANPREV CNPB: 2008.0023-65, administrado pela CASANPREV, atesto que o referido Plano se encontra em 31/12/2016 na situação de déficit técnico, com o seu equilíbrio técnico ajustado igual a zero, desta maneira, dependendo apenas da manutenção das contribuições regulares e da realização das ocorrências relativas às hipóteses atuariais conforme o esperado para que o resultado acima seja mantido para próximo exercício.

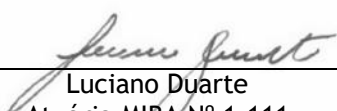
Assim, considerando o que diz a Resolução CNPC nº 22/2015 e a Instrução PREVIC nº 19/2015, o déficit técnico acumulado do Plano não precisará ser equacionado ao longo de 2017, já que o equilíbrio técnico ajustado resultou em um valor de equilíbrio técnico. Chamamos atenção quanto a utilização do critério previsto na Instrução Previc nº 19/2015, em relação ao ajuste de precificação dos ativos, considerando a necessidade de observar as normas necessárias para manutenção do ajuste.

Reforçamos que nesta avaliação atuarial foram mantidas as premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2015, com exceção da hipótese de composição familiar para os benefícios a conceder.

Sugere-se também que a Entidade acompanhe o fluxo de pagamento das Contribuições Extraordinárias da Patrocinadora.

Por fim, vale lembrar que o Plano CASANPREV, no que se referem os seus benefícios concedidos e a conceder, poderá ter ao longo do tempo desequilíbrio financeiro em relação aos seus encargos decorrentes de eventos discrepantes do esperado, tanto pela rentabilidade auferida em níveis diferentes daqueles necessários, como também da sobrevida média dos participantes serem acima daquela estimada pelas tábuas de mortalidade.

Florianópolis, 10 de março de 2017.


 Luciano Duarte
 Atuária MIBA Nº 1.111
 Data A Soluções em Previdência Ltda.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL - RA 19/2017

**Plano Misto de Benefícios Previdenciários
da CASAN - Plano CASANPREV
CNPB: 2008.0023-65**

**FUNDAÇÃO CASAN DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -
CASANPREV**



	ÍNDICE
1. OBJETIVO.....	3
2. BASE CADASTRAL	4
3. HIPÓTESES ATUARIAIS.....	6
4. PLANOS DE BENEFÍCIOS, MODALIDADES, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO DE FINANCIAMENTO	8
5. PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO E RENTABILIDADE	13
6. PLANO DE CUSTEIO VIGENTE	15
7. PROVISÕES MATEMÁTICAS e FUNDOS	17
8. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	19
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
ANEXO I - PLANO DE CONTAS CONTÁBIL	25
ANEXO II - ESTATÍSTICA POPULACIONAL E GRÁFICOS GERENCIAIS	26

1. OBJETIVO

A presente Avaliação Atuarial tem como finalidade descrever detalhadamente os resultados da Avaliação Atuarial anual, referente ao exercício de 2016, do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da CASAN - Plano CASANPREV, administrado pela FUNDAÇÃO CASAN DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

A Avaliação Atuarial busca mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo Plano, visando o equilíbrio financeiro-atuarial do mesmo, bem como estimar as saídas ocorridas pelos eventos morte, invalidez e aposentadoria. Tal avaliação demonstra ainda os níveis necessários de contribuição para que os participantes possam atingir o nível de benefício desejado após a fase laborativa.

Os resultados apurados pela Avaliação Atuarial e demonstrados neste documento basearam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida considerando suas características financeiras e demográficas, bem como, hipóteses financeiras e atuariais, devendo ser objeto de análise e estudo dos Patrocinadores e Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC.

O presente relatório apresenta a seguinte estrutura de itens a serem abordados:

- Base Cadastral;
- Hipóteses Atuariais;
- Planos de Benefícios, Modalidades, Regime Financeiro e Método de Financiamento;
- Patrimônio para Cobertura do Plano e Rentabilidade;
- Plano de Custeio Vigente;
- Provisões Matemáticas e Fundos;
- Resultados da Avaliação Atuarial; e
- Considerações Finais.

2. BASE CADASTRAL

2.1. Referência dos Dados Cadastrais

As informações referentes aos participantes ativos, assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, nos foram enviadas em arquivo magnético pela CASANPREV, com data-base em 31/12/2015 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências. Os resumos dos resultados apurados estão descritos abaixo.

2.2. Validação dos Dados

A base cadastral foi fornecida, no layout solicitado, pela CASANPREV em arquivos eletrônicos. Para que os dados pudessem ser utilizados na avaliação, foram feitas as devidas validações e consistências por nossa consultoria. Para tanto, além de utilizar nosso sistema de validação, buscou-se informações adicionais junto à CASANPREV. Assim, os dados cadastrais foram considerados válidos para a presente avaliação atuarial.

2.3. Estatísticas

Apresentamos a seguir o consolidado estatístico da base cadastral dos participantes onde são demonstradas as principais características da população em estudo.

Ainda, no Anexo II deste Relatório, são apresentadas todas as estatísticas da população em conjunto com uma série de gráficos que buscam trazer à Diretoria da Entidade informações gerenciais sobre o plano, de modo a facilitar a administração do mesmo.

2.3.1. Ativos, Autopatrocínados e BPD

Tabela 1 - Informações Gerais

Item	2015	2016
Nº de Participantes	1.711 (*)	1.674(**)
Idade Média Atual em anos	48,66	49,11
Idade Média de Aposentadoria em anos	59,48	59,62
Tempo Médio de Espera em anos	10,82	10,51
Salário Real de Contribuição médio (SRC) em R\$	3.337,14	3.539,46



Item	2015	2016
Salário Real de Benefício médio (SRB) em R\$	3.299,47	3.428,86
Folha Mensal de Salários (SRC) em R\$	5.709.853,85	5.925.048,82
Folha Mensal do Salário Real de Benefícios em R\$	5.645.393,31	5.739.903,99

(*) 1.581 ativos, 6 autopatrocinados, 4 BPD e 120 cancelados aguardando resgate. (**) 1.532 ativos, 7 autopatrocinados, 6 BPD e 129 cancelados aguardando resgate. Não considera nos valores monetários conceito de pico e capacidade dos salários.

2.3.2. Assistidos

No exercício de 2016, conforme cadastro da Entidade, observou-se que 303 aposentados válidos recebem mensalmente o Benefício de Renda Mensal Básica e a Renda Mensal CAV (RMCV) ou Renda Mensal CAV com Reversão em Pensão (RMCVR), conforme opção do participante.

Tabela 2 - Distribuição de Aposentados Válidos

Período	Frequência	Idade média em anos	Benefício Médio Básico em R\$	Benefício Médio CAV em R\$	Benefício Total em R\$
31/12/2015	261	62,43	2.347,31	31,64	620.906,91
31/12/2016	303	62,72	2.410,71	35,36	741.219,40

Não considera nos valores monetários conceito de pico e capacidade dos benefícios.

No exercício de 2016, conforme cadastro da Entidade, observou-se que 7 pensionistas recebem mensalmente o Benefício de Renda Mensal Básica.

Tabela 3 - Distribuição de Pensionistas

Período	Frequência	Idade média em anos	Benefício Médio Básico em R\$	Benefício Médio CAV em R\$	Benefício Total em R\$
31/12/2015	2	34,41	2.059,43	0,00	4.118,86
31/12/2016	7	56,28	2.412,31	0,00	16.886,19

Não considera nos valores monetários conceito de pico e capacidade dos benefícios.

3. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como Biométricas, Demográficas, Econômicas e Financeiras. O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas posteriores alterações, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devam estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao plano de benefícios de caráter previdenciário.

Nesse viés, a Data A Consultoria realizou um estudo estatístico das hipóteses atualmente adotadas pelo Plano CANSAPREV, e o apresentou através do Relatório de Hipóteses Atuariais. Solicitou-se, portanto, uma manifestação da Entidade quanto às referidas hipóteses para que pudessemos adotá-las na presente avaliação.

Sendo assim, com base na manifestação da Entidade, seguem abaixo as premissas adotadas para a Avaliação Atuarial de 2016 que passarão a vigorar, no máximo, a partir de 01 de abril de 2017, e que serão apresentadas nas Demonstrações Atuariais, como também as premissas consideradas na avaliação atuarial de 31/12/2016.

Tabela 4 - Fatores Econômicos/Financeiros

Data da Avaliação Atuarial	31/12/2015	31/12/2016
Taxa de Juros Atuariais	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Fator de Determinação - Salarial	0,9801	0,9801
Fator de Determinação - Benefício	0,9801	0,9801
Conceito de Pico nos Salários e Benefícios	Utilizado com base na variação do INPC entre a datado último reajuste e a da avaliação atuarial	Utilizado com base na variação do INPC entre a datado último reajuste e a da avaliação atuarial
Projeção de Crescimento Real Anual do Salário	1,64% a cada dois anos ou seu equivalente de 0,81667% ao ano para os participantes ativos na Patrocinadora e 0% para os participantes do Plano em PDVI na Patrocinadora.	1,64% a cada dois anos ou seu equivalente de 0,81667% ao ano para os participantes ativos na Patrocinadora e 0% para os participantes do Plano em PDVI na Patrocinadora.

Tabela 5 - Fatores Biométricos

Hipótese	31/12/2015	31/12/2016
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Básica M	AT-2000 Básica M
Mortalidade de Inválidos	AT-2000 Básica M	AT-2000 Básica M
Entrada em Invalidez	Hunter's	Hunter's



Hipótese	31/12/2015	31/12/2016
Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.

Tabela 6 - Fatores Demográficos

Hipótese	31/12/2015	31/12/2016
Composição familiar: benefício a conceder	Considera-se a família padrão de um cônjuge e dois filhos.	Considera-se 78% de chance de estar casado tendo apenas um dependente vitalício com base nas diferenças de idade que seguem. Para o cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem que o participante titular e, para o cônjuge do sexo masculino 1 anos mais velho que o participante titular
Composição familiar: benefício concedido	Considera-se a composição familiar real do participante	Considera-se a composição familiar real do participante

Com excessão da hipótese de composição familiar dos benefícios a conceder as demais hipóteses são as mesmas apresentadas na avaliação atuarial do exercício anterior.



4. PLANOS DE BENEFÍCIOS, MODALIDADES, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO DE FINANCIAMENTO

4.1. Benefícios:

Apresentamos a seguir as definições e formas de recebimento dos benefícios oferecidos pelo Plano:

A. Quanto aos Participantes:

1. Renda Mensal de Aposentadoria Programada - RMAP, constituídas das seguintes rendas:
 - Renda Mensal Básica (RMB);
 - Renda Mensal CAV (RMCV);
 - Renda Mensal CAV com Reversão em Pensão (RMCVR);
 - Renda Mensal Básica Diferida (RMBD);
 - Renda Mensal Diferida CAV (RMD-CV); e
 - Renda Mensal Diferida CAV com reversão em Pensão (RMD-CVR).
2. Renda Mensal de Aposentadoria por Invalidez (RMAPI), constituída das seguintes Rendas:
 - Renda Mensal de Invalidez CAV (RMI-CV);
 - Renda Mensal de Invalidez CAV com Reversão em Pensão (RMI-CVR);
3. Abono Anual (AA).

B. Quanto aos Beneficiários:

1. Renda Mensal de Pensão Básica (RMPB);
2. Renda Mensal de Pensão CAV (RMP-CAV); e
3. Abono Anual (AA).

4.1.1. Renda Mensal Básica (RMB)

A RMB consistirá de uma renda mensal, vitalícia, igual à diferença entre 75% (setenta e cinco por cento) do Salário Real de Benefício e o Valor Piso de Cálculo de Benefício da CASANPREV, vigentes na data do cálculo do Benefício.

A RMB não poderá assumir valor inferior a 10% do Salário Real de Benefício.



4.1.2. Renda Mensal CAV (RMCV) e Renda Mensal CAV com Reversão em Pensão (RMCVR)

A RMCV ou a RMCVR será paga na forma de renda mensal e vitalícia e, se for o caso, cumulativamente com a RMB e seu valor será determinado pela divisão do saldo da CONTA DE APOSENTADORIA VINCULADA - CAV pelo Fator de Conversão.

O Fator de Conversão será ajustado para o Participante Ativo, Ativo Vinculado ou Autopatrocinado que optar pela reversão do Benefício em Pensão aos Beneficiários com direito ao Benefício, existentes na data em que for concedido o RMCVR, através do princípio de Equivalência Atuarial.

Quando da concessão da RMCV ou da RMCVR, a seu critério, o Participante Ativo, Ativo Vinculado ou Autopatrocinado poderá sacar até 20% (vinte por cento) do saldo das Subcontas CAV-PARTIC, CAV-PATROC, VPEFPC-PROG, VPEFPC-REG, VPEAPC-PROG e VPEAPC-REG.

4.1.3. Renda Mensal Básica Diferida (RMBD), Renda Mensal Diferida CAV (RMD-CV) e Renda Mensal Diferida CAV com Reversão em Pensão (RMD-CVR)

A RMBD, RMD-CV ou a RMD-CVR será paga de forma mensal e vitalícia e será composta das seguintes parcelas:

1ª Parcela: Valor resultante da divisão do saldo da CAV-BPD pelo Fator de Conversão, denominada RMD-CV; e

2ª Parcela: Valor resultante da conversão da Reserva Matemática em benefício atuarialmente calculado, objeto da Parcela II do artigo 21 do Regulamento, denominada RMBD.

Quando da concessão da RMD-CV ou da RMD-CVR o Participante Remido poderá, a seu critério, sacar até 20% (vinte por cento) do saldo das Subcontas CAV-PARTIC, CAV-PATROC, VPEFPC-PROG, VPEFPC-REG, VPEAPC-PROG e VPEAPC-REG.

4.1.4. Renda Mensal de Invalidez CAV (RMI-CV) e Renda Mensal de Invalidez CAV com Reversão em Pensão (RMI-CVR)

A RMI-CV ou a RMI-CVR consistirá de uma renda mensal vitalícia calculada dividindo-se o saldo da CAV pelo Fator de Conversão.

Quando da concessão da RMI-CV ou da RMI-CVR, a seu critério, o Participante Ativo, Ativo Vinculado, Remido ou Autopatrocinado poderá sacar até 20% (vinte por cento) do saldo



das Subcontas CAV-PARTIC, CAV-PATROC, VPEFPC-PROG, VPEFPC-REG, VPEAPC-PROG e VPEAPC-REG.

4.1.5. Renda Mensal de Pensão de Básica (RMPB) e Renda Mensal de Pensão CAV (RMP-CAV)

Em caso de falecimento de Participante Ativo, Ativo Vinculado, Remido ou Autopatrocinado será concedido o Benefício de Pensão de Participante Ativo, Ativo Vinculado ou Remido e de Assistido aos Beneficiários do mesmo, da seguinte forma:

I - No caso de falecimento de Participante Ativo, Ativo Vinculado e Autopatrocinado: renda mensal vitalícia calculada com base no saldo da CAV dividida pelo Fator de Conversão definido em Nota Técnica Atuarial;

II - No caso de Assistido, em gozo de renda de RMB, RMCVR, RMBD, RMD-CVR ou RMI-CVR, 100% do valor do Benefício que o Assistido vinha recebendo;

III - No caso de falecimento de Participante Remido: valor resultante da divisão do saldo da CAV-BPD pelo Fator de Conversão.

Quando da concessão da RMP-CAV a Beneficiário de Participante, o Beneficiário poderá, a seu critério, sacar até 20% (vinte por cento) do saldo da CAV ou da CAV-BPD, exceto do valor depositado na Subconta PAR-CV, sendo o saldo remanescente da CAV convertido em Pensão, observado o disposto no inciso I.

4.1.6. Institutos

É facultado ao participante ativo, ativo vinculado e autopatrocinado a opção por um dos seguintes institutos:

- Benefício Proporcional Diferido
- Autopatrocínio
- Resgate
- Portabilidade

Vale ressaltar que, no caso de resgate e portabilidade, a opção será facultada para participantes que não estejam em gozo de benefícios.

4.2. Modalidade do Benefício, Regime Financeiro e Método de Financiamento

Tabela 7 - Descrição da modalidade, regimes e métodos de financiamento

Benefício	Modalidade do Benefício	Regime Financeiro	Método
Renda Mensal Básica (RMB)	Benefício Definido	Capitalização	Agregado
Renda Mensal CAV (RMCV)	Contribuição Variável	Capitalização	Capitalização Financeira
Renda Mensal CAV com Reversão em Pensão (RMCVR)	Contribuição Variável	Capitalização	Capitalização Financeira
Renda Mensal Básica Diferida (RMBD)	Benefício Definido	Capitalização	Agregado
Renda Mensal Diferida CAV (RMD-CV)	Contribuição Variável	Capitalização	Capitalização Financeira
Renda Mensal Diferida CAV com reversão em Pensão (RMD-CVR)	Contribuição Variável	Capitalização	Capitalização Financeira
Renda Mensal de Invalidez CAV (RMI-CV)	Contribuição Variável	Capitalização	Capitalização Financeira
Renda Mensal de Invalidez CAV com Reversão em Pensão (RMI-CVR)	Contribuição Variável	Capitalização	Capitalização Financeira
Renda Mensal de Pensão Básica (RMPB)	Benefício Definido	Capitalização	Agregado
Renda Mensal de Pensão CAV (RMP-CAV)	Contribuição Variável	Capitalização	Capitalização Financeira

4.2.1. Modalidade de Plano:

BD - Benefício Definido: Os planos de Benefício Definido são aqueles em que os valores dos benefícios são estimados previamente. A patrocinadora e/ou participantes contribuirão com o necessário para viabilizar o pagamento do benefício estipulado.

CD - Contribuição Definida: Nesta modalidade os benefícios programados oferecidos pelo Plano têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

CV - Contribuição Variável: Àqueles cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.



4.2.2. Regime Financeiro:

Capitalização: Neste regime, o financiamento dos compromissos do fundo para com os participantes é constituído ao longo da vida ativa dos mesmos, de tal forma que o montante necessário para cobertura dos benefícios esteja totalmente constituído no momento da sua concessão.

4.2.3. Método de Financiamento:

A forma de distribuição dos custos ao longo da fase contributiva do participante neste plano, quanto aos benefícios estruturados na modalidade BD, é o método agregado. Neste, o custeio é uniforme ao longo de todo o período contributivo, desde que confirmadas as hipóteses atuariais e mantido o perfil dos participantes. O custo normal é a razão entre os encargos necessários para pagamento das obrigações com benefícios futuros dos participantes do plano e o total da Folha Futura de Salários.

5. PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO E RENTABILIDADE

Considerando as informações financeiras do Plano de Benefícios desde a avaliação de 2010, os gráficos a seguir apresentam a evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano, bem como a rentabilidade ao longo do tempo.

Tabela 8 - Patrimônio de Cobertura do Plano e Resultados

Ano	Patrimônio de Cobertura do Plano em R\$	Resultados do Plano em R\$
31/12/2010	23.238.974,86	8.370.493,72
31/12/2011	38.493.467,40	- 236.054,38
30/09/2012	62.523.949,57	1.007.892,48
31/12/2013	113.554.426,61	- 4.871.796,71
31/12/2014	181.426.333,62	- 5.059.105,46
31/12/2015	207.188.067,50	- 9.523.466,38
31/12/2016	236.158.501,06	- 420.867,83

Gráfico 1 - Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

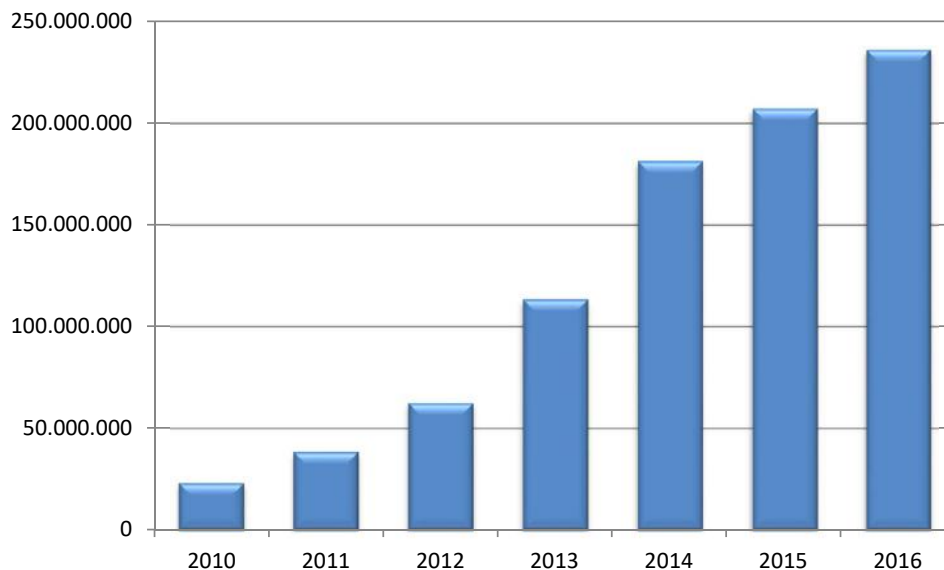
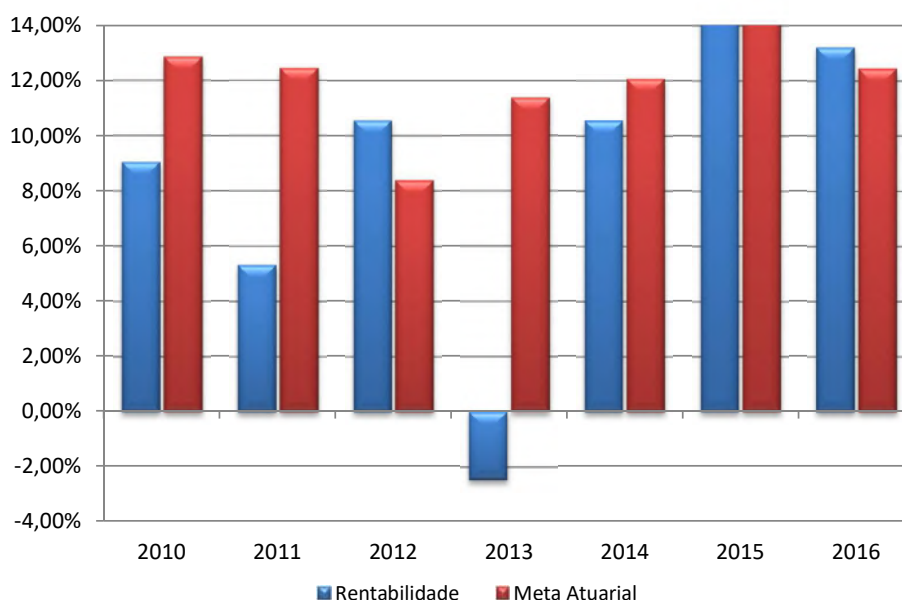


Tabela 9 - Rentabilidade Nominal Líquida do Plano de Benefícios

Ano	Rentabilidade	Meta Atuarial
2010	9,04%	12,85%
2011	5,31%	12,44%
2012 ^(*)	10,55%	8,38%
2013	-2,48%	11,37%
2014	10,55%	12,07%
2015	14,58%	17,07%
2016 ^(**)	13,21%	12,44%

(*) Período de janeiro a setembro/2012. (**) Meta Atuarial: Período de janeiro a dezembro/2016.

Gráfico 2 - Rentabilidade do Plano de Benefícios x Meta Atuarial



6. PLANO DE CUSTEIO VIGENTE

Considerando as informações prestadas nas Demonstrações Atuariais, posicionadas em 31/12/2016, observa-se abaixo como está constituído o atual plano de custeio do Plano CASANPREV.

6.1. Contribuições da Patrocinadora:

- 6.1.1. Contribuição normal mensal: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;
- 6.1.2. Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;
- 6.1.3. Contribuição extraordinária - serviço passado: inicialmente, por ocasião da aprovação do processo de criação do Plano CASANPREV, fora definido o custo total destinado ao custeio do serviço passado no montante de R\$ 69.012.987,48, posicionado em 31/08/2007. Por ocasião da Avaliação Atuarial do exercício de 2008 foi processado um novo cálculo para apurar o valor do serviço passado considerando apenas os participantes que ingressaram no Plano na condição de fundadores. Neste cálculo, o total apurado foi de R\$ 79.675.066,90, considerando apenas os participantes fundadores do Plano. Tais valores consideram a sobrecarga administrativa de 7%.

Não obstante, no decorrer do processamento da avaliação atuarial do exercício de 2009, verificou-se a necessidade de revisão do valor do serviço passado total apurado na avaliação atuarial do exercício de 2008, haja vista a atualização dos dados cadastrais da massa de participantes.

Assim, após os devidos ajustes da base por parte da Entidade, mantendo-se todas as demais condições constantes e considerando o montante necessário para garantir o benefício de Renda Mensal Básica (RMB), parte BD, conforme estabelecido no artigo 66 do Regulamento do Plano, verificou-se que o montante relativo ao serviço passado, posicionado em 31/12/2008 equivale a R\$ 78.331.211,85, considerando a sobrecarga administrativa de 7%. O referido montante, líquido da taxa de carregamento, equivale a R\$ 72.848.027,02.

O tal montante foi alocado na Reserva Matemática a Amortizar ou Provisão Matemática a Constituir e será amortizado pelo Sistema de Amortização Francês (*Price*) em 96 prestações mensais, levando-se em consideração a necessidade do fluxo atuarial. As



prestações mensais deverão ser atualizadas de acordo com a variação do INPC ou índice que vier substituí-lo.

Assim, considerando os valores integralizados pela Patrocinadora até 31/12/2016 e a atualização mensal da respectiva Provisão, tem-se o montante de R\$ 3.987.523,59.

Observa-se o respectivo saldo remanescente tendo em vista que nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 as contribuições da Patrocinadora não foram integralizadas nos montantes e prazos previstos, bem como algumas parcelas em 2012, 2013 e 2015. Assim, sugere-se que a Entidade informe a Patrocinadora quanto a integralização do montante remanescente da Contribuição Extraordinária.

6.2. Contribuições dos Participantes:

6.2.1. Contribuição normal mensal dos participantes ativos, autopatrocinados e vinculados: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6%, aplicadas sobre o Salário de Contribuição, conforme item 6.3 abaixo.

6.2.2. Joia: conforme disposto no Regulamento do Plano a Joia paga pelos Participantes em 31/12/2016 foi de R\$ 37.907,66, sem considerar a sobrecarga administrativa.

6.2.3. Contribuição Administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

6.3. Custeio do Plano

Tabela 10 - Custeio do Plano com taxa de carregamento

Custeio	Patrocinadora	Participante	Total
Benefícios estruturados na modalidade BD	4,60% (*)	4,60% (*)	9,20% (*)
Benefícios estruturados na Modalidade CV	4,60% (**)	4,60% (**)	9,20% (**)

Tabela 11 - Custeio do Plano sem taxa de carregamento

Custeio	Patrocinadora	Participante	Total
Benefícios estruturados na modalidade BD	4,278% (*)	4,278% (*)	8,556% (*)
Benefícios estruturados na Modalidade CV	4,278% (**)	4,278% (**)	8,556% (**)

(*) Percentual incidente sobre o Salário Real de Contribuição (SRC) do participante, calculado e atualizado conforme estabelece o artigo 12 do Regulamento do Plano;

(**) Percentual incidente sobre a soma entre as Parcelas do Grupo "B", conforme definido no artigo 10 do Regulamento do Plano, e a Parcela Excedente conforme definido no artigo 13 do Regulamento.

7. PROVISÕES MATEMÁTICAS e FUNDOS

Apresentamos a seguir o detalhamento das obrigações do Plano CASANPREV com relação aos participantes vinculados em 31/12/2016, considerando as regras dispostas no Regulamento do Plano, a metodologia de cálculo descrita na Nota Técnica Atuarial e as hipóteses adotadas conforme item 3 deste Relatório.

Ainda, segue no Anexo I, o detalhamento das Provisões Matemáticas, do Patrimônio de Cobertura do Plano, dos Resultados Realizados e Fundos Previdenciais.

Lembramos que as hipóteses atualmente vigentes são aquelas dispostas nos quadros cujo o cabeçalho da coluna faz menção a 31/12/2015, entretanto, para fins de apresentação dos resultados da avaliação atuarial de 31/12/2016, mais especificamente das Provisões Matemáticas do Plano de benefícios concedidos e a conceder, foram adotadas as hipóteses descritas sob a coluna cujo o cabeçalho faz referência a 31/12/2016, desta maneira os resultados aqui apresentados já consideram os efeitos da antecipação das referidas hipóteses, cuja sua vigência de fato ocorrerá a partir de 01/04/2017.

7.1. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder

Esta Provisão representa o valor atual dos benefícios a conceder, referente aos participantes ativos no Plano, sendo a mesma segregada em Benefício Definido e Contribuição Definida, com o valor de R\$ 99.899.055,35, assim vejamos:

Tabela 12 - Provisão Matemática de Benefício a Conceder

Benefícios a Conceder	Valor em R\$
Contribuição Definida	25.882.626,79
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	12.906.249,49
Saldo de Contas - Parcela Participantes	12.976.377,30
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	74.016.428,56
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	105.450.647,03
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	15.017.879,02
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	16.416.339,45

Os valores apresentados acima foram calculados considerando:

Benefícios estruturados na modalidade CV (Renda Mensal CAV / Renda Mensal CAV com Reversão em Pensão (RMCVR) / Renda Mensal Diferida CAV (RMD-CV) Renda Mensal Diferida CAV com Reversão em Pensão (RMD-CVR) / Renda Mensal de Invalidez CAV (RMI-CV)



/ Renda Mensal de Invalidez CAV com Reversão em Pensão (RMI-CVR) / Renda Mensal de Pensão CAV (RMP-CAV)): corresponde ao montante da Subconta CAV Participante, Subconta CAV Patrocinadora, bem como o montante das subcontas das alíneas “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do inciso I do artigo 97 do Regulamento dos participantes ativos e daqueles que solicitaram cancelamento do plano, mas que ainda não exerceram o direito ao resgate.

Benefícios estruturados na modalidade BD [Renda Mensal Básica (RMB) e Renda Mensal de Pensão Básica (RMPB)]: corresponde ao valor atual do benefício estabelecido no artigo 66 do regulamento do Plano.

No cálculo do Valor Atual das Contribuições Futuras, referente aos benefícios estruturados na modalidade BD, considerou-se o produto entre o custeio destes benefícios, percentual de 8,556% (4,278% de responsabilidade do participante e 4,278% da Patrocinadora) e o valor da folha futura de R\$ 369.428.611,94.

7.2. Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

Esta Provisão representa o valor atual dos benefícios concedidos, referente aos participantes já assistidos pelo Plano, sendo que em 31/12/2016, a mesma corresponde a R\$ 140.667.837,13.

7.3. Provisão Matemática a Constituir

A Provisão Matemática a Constituir, em 31/12/2016 monta em R\$ 3.987.523,59.

7.4. Fundos Previdenciais

Não há Fundo Previdencial em manutenção na data de 31/12/2016, entretanto a entidade manifestou vontade de segregar as obrigações do Plano quanto aos cancelados dos participantes do Plano, através da criação de Fundo Previdencial específico para registrar os valores correspondentes.

7.5. Fundos Administrativos e dos Investimentos

O Fundo Administrativo e o Fundo dos Investimentos, em 31/12/2016, correspondem a R\$ 5.021.469,06 e R\$ 146.665,65, respectivamente.

8. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

8.1. Resultado do Plano de Benefícios

A situação atuarial do Plano CASANPREV, administrado pela CASANPREV, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou, em 31/12/2016, resultado de déficit técnico.

O resultado deficitário, em 31/12/2016, corresponde a R\$ 420.867,83, quando se confronta o Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas no montante de R\$ 236.579.368,89, com o Patrimônio para Cobertura do Plano no montante de R\$ 236.158.501,06. Vale ressaltar que este resultado refere-se aos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, Renda Mensal Básica e Renda Mensal de Pensão Básica.

Após apurar o resultado deficitário do Plano CASANPREV, buscou-se verificar quais fatores influenciaram o referido resultado.

Constatou-se que o déficit ainda é reflexo do resultado acumulado no exercício de 2015, cujos principais fatores foram a perda financeira do exercício de 2015, dado que a rentabilidade do Plano foi inferior à meta atuarial.

Por outro lado, três eventos colaboraram para redução do déficit técnico esperado, são eles a rentabilidade real acima da meta atuarial de rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos garantidores do Plano na ordem de R\$ 1.6 milhões, o impacto positivo na ordem de R\$ 4.4 milhões em relação aos encargos de reversão em pensão dos ativos por adotar uma proporção de casado inferior a 100% e pelo ajuste no programa de pensionistas, que gerou um impacto positivo na ordem de R\$ 0,8 milhões.

Observou-se que no exercício de 2016 a rentabilidade nominal líquida auferida, de janeiro a dezembro/2016, pela aplicação dos recursos garantidores do Patrimônio de Cobertura do Plano, foi de 13,21% enquanto que a meta atuarial, composta pelo INPC (janeiro/16 a dezembro/16), no mesmo período, mais a taxa de juros de 5,5% ao ano, resultou em 12,44%.

Como no exercício anterior, a postergação da aposentadoria normal gerou uma economia (ganho) para o Plano em torno de R\$ 2.7 milhões no exercício de 2016.

Considerando o que diz a Resolução nº 22/2015, o déficit a ser equacionado, observada a situação econômica, financeira e atual do Plano, deverá ser aquele que



ultrapassar o limite apurado pela seguinte formulação: $1\% \times (\text{duração do passivo em anos} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ cujos benefícios estejam estruturados na modalidade de benefício definido.

Para o Plano em tela, este limite equivale a R\$ 19.244.628,24 = $1\% \times (13,31 - 4) \times \text{R\$ } 206.709.218,51$. Portanto, observando a legislação e o limite para equacionamento, não há déficit acumulado a ser equacionado em 31/12/2016.

Na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015 a entidade considerou, mesmo não havendo déficit técnico a ser equacionado, ou seja, acima do limite legal, para fins de cálculo do equilíbrio técnico ajustado do Plano o que preconiza a Instrução PREVIC nº 19/2015, ou seja, para fins de equacionamento de déficit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios, sendo este ajuste positivo ou negativo.

Como visto acima, igual a 31/12/2015, apesar da existência de déficit técnico acumulado em 31/12/2016, o mesmo está abaixo do limite legal para equacionamento, entretanto a Entidade optou por manter a prerrogativa da Instrução PREVIC nº 19/2015 quanto ao ajuste positivo ou negativo pela precificação dos ativos.

Com isso, o ajuste de precificação do ativo, decorrente da aplicação da referida Instrução, com base na planilha disponibilizada pela Portaria nº 29/2017 resultou em um ajuste positivo de R\$ 5.311.751,82, que gerou um equilíbrio técnico ajustado na ordem de R\$ 4.890.883,99 (R\$ 5.311.751,82 - R\$ 420.867,83).

Desta forma cumpre esclarecer alguns pontos necessários para adoção e manutenção deste preceito legal, conforme segue na transcrição da legislação abaixo:

“Capítulo IV
Do Ajuste de Precificação e da Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

Art. 8º O valor do ajuste de precificação, apurado no máximo em periodicidade anual, corresponde à diferença entre:

- I - o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial; e
- II - o valor contábil desses mesmos títulos.

Art. 9º O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I - estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;



II - tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;

III - o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;

IV - o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;

V - a duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e

VI - esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

§1º No cálculo do valor presente e da duração dos fluxos mencionados nos incisos III, IV e V, será aplicada a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício correspondente.

§2º Os títulos utilizados para fins de ajuste não poderão ser excluídos do cálculo dos exercícios subsequentes, exceto quando não atenderem aos requisitos constantes nos incisos I a VI.

§3º Os títulos objetos de ajuste poderão ser vendidos, observada a legislação vigente.

(...)."

Segue na tabela 13 os títulos públicos que nos foram disponibilizados pela EFPC para realização do estudo de ajuste dos ativos:

Tabela 13 - Títulos Públicos Considerados até o vencimento para Ajuste dos Ativos

Tipo	Compra em % a.a.	Vencimento	Quantidade	Considerado
NTN-B	6,160800	15/08/2030	450,00	Sim
NTN-B	6,172300	15/08/2050	447,00	Sim
NTN-B	6,174400	15/08/2040	440,00	Sim
NTN-B	6,160800	15/08/2030	1.700,00	Sim
NTN-B	6,174600	15/05/2035	825,00	Sim
NTN-B	6,174600	15/05/2035	2.800,00	Sim
NTN-B	6,172300	15/08/2050	2.000,00	Sim
NTN-B	6,172300	15/08/2050	2.000,00	Sim
NTN-B	6,174400	15/08/2040	1.000,00	Sim
NTN-B	6,008556	15/08/2040	1.095,00	Sim
NTN-B	6,008556	15/08/2040	1.095,00	Sim
NTN-B	5,948142	15/08/2030	680,00	Sim
NTN-B	5,900004	15/08/2040	800,00	Sim
NTN-B	5,800013	15/05/2019	1.150,00	Sim
NTN-B	6,140839	15/08/2020	1.370,00	Sim



Tipo	Compra em % a.a.	Vencimento	Quantidade	Considerado
NTN-B	6,071176	15/08/2018	780,00	Sim
NTN-B	6,086599	15/05/2019	1.340,00	Sim
NTN-B	6,122300	15/08/2024	1.940,00	Sim
NTN-B	6,162357	15/08/2020	760,00	Sim
NTN-B	6,558837	15/05/2019	1.150,00	Sim
NTN-B	6,122300	15/08/2024	1.300,00	Sim
NTN-B	7,300016	15/08/2020	510,00	Sim
NTN-B	6,650011	15/05/2023	2.500,00	Sim
NTN-B	6,048280	15/05/2045	3.000,00	Sim

Por fim, salientamos que a adoção desta prerrogativa, deve ser encarada como mais um item a ser monitorado pela EFPC, tanto em termos de liquidez do Plano, considerando a necessidade do pagamento dos benefícios e as regras de pagamentos dos cupons e do principal dos títulos públicos com sua manutenção até o vencimento, como, pelo cumprimento dos incisos I, II e VI do artigo 9º da Instrução nº 19/2015.

8.2. Custeio Administrativo

O Plano CASANPREV, com início de funcionamento em 01/08/2008, adotou, deste então a taxa de carregamento de 7% sobre as contribuições previdenciárias haja vista o Fluxo Operacional das Despesas Administrativas desenvolvido para mensurar as receitas e despesas administrativas da Entidade. Tal taxa foi aprovada pela Patrocinadora através do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de aprovação do Plano.

Com o objetivo de verificar o equilíbrio entre as receitas e as despesas administrativas do Plano CASANPREV, foi realizado um estudo com base no fluxo de receitas e despesas ao longo de 2016, assim, constatou-se um valor de receita ao longo de 2016 de R\$ 1.739.299,27 e de despesa de R\$ 2.238.135,17. Assim, concluiu-se, que houve um déficit em 2016, no quesito receitas contra despesas no valor de R\$ 498.835,90, quase o dobro do observado no exercício de 2016.

Observou-se ainda o registro contábil de um Fundo Administrativo no montante de R\$ 5.021.469,06.

Sugere-se a manutenção da atual alíquota de contribuição administrativa de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Sugere-se também o monitoramento dos recursos arrecadados, frente às despesas administrativas da Entidade, para que o Fundo Administrativo se mantenha suficiente para



cobertura de eventuais despesas extraordinárias, observando seu orçamento anual e a manutenção da Entidade no período da *duration* do Passivo.

Caso, ao final do exercício de 2017, observe-se mais um déficit entre receitas e despesa administrativas, sugerimos a realização de estudo para revisão da alíquota de carregamento administrativo.

Quanto ao custeio das despesas administrativas de responsabilidade dos assistidos, o Regulamento estabelece que:

“Art. 95. O custeio das despesas administrativas será feito com os recursos oriundos da Taxa Administrativa, fixada inicialmente em 7% (sete por cento) contabilizado no FUNDO ADMINISTRATIVO.

(...)

§5º Os Assistidos pagarão Taxa Administrativa em valor a ser deduzido do Benefício, e atualizada anualmente no Plano de Custeio.” (grifo nosso)

Assim, conforme Ata da 43ª reunião do Conselho Deliberativo da Entidade, foi aprovado que a taxa de carregamento corresponde a média das 36 últimas taxas administrativas pagas pelo participante enquanto ativo.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na qualidade de atuário do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da CASAN - CASANPREV CNPB: 2008.0023-65, administrado pela CASANPREV, atesto que o referido Plano se encontra em 31/12/2016 na situação de déficit técnico, com o seu equilíbrio técnico ajustado igual a zero, desta maneira, dependendo apenas da manutenção das contribuições regulares e da realização das ocorrências relativas às hipóteses atuariais conforme o esperado para que o resultado acima seja mantido para próximo exercício.

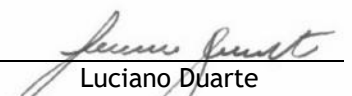
Assim, considerando o que diz a Resolução CNPC nº 22/2015 e a Instrução PREVIC nº 19/2015, o déficit técnico acumulado do Plano não precisará ser equacionado ao longo de 2017, já que o equilíbrio técnico ajustado resultou em um valor de equilíbrio técnico. Chamamos atenção quanto a utilização do critério previsto na Instrução Previc nº 19/2015, em relação ao ajuste de precificação dos ativos, considerando a necessidade de observar as normas necessárias para manutenção do ajuste.

Reforçamos que nesta avaliação atuarial foram mantidas as premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2015, com exceção da hipótese de composição familiar para os benefícios a conceder.

Sugere-se também que a Entidade acompanhe o fluxo de pagamento das Contribuições Extraordinárias da Patrocinadora.

Por fim, vale lembrar que o Plano CASANPREV, no que se referem os seus benefícios concedidos e a conceder, poderá ter ao longo do tempo desequilíbrio financeiro em relação aos seus encargos decorrentes de eventos discrepantes do esperado, tanto pela rentabilidade auferida em níveis diferentes daqueles necessários, como também da sobrevida média dos participantes serem acima daquela estimada pelas tábuas de mortalidade.

Florianópolis, 10 de março de 2017.


 Luciano Duarte
 Atuária MIBA Nº 1.111
 Data A Consultoria S/S Ltda.

ANEXO I - PLANO DE CONTAS CONTÁBIL

Tabela 14 - Provisões Matemáticas, fundos e resultados em 31/12/2016

Conta	Descrição	VALOR em R\$
2.3.0.0.00.00.00	Patrimônio Social	241.326.635,77
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	236.158.501,06
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	236.579.368,89
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	140.667.837,13
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	140.667.837,13
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	138.514.474,94
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	2.153.362,19
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	99.899.055,35
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	25.882.626,79
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	12.906.249,49
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	12.976.377,30
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	74.016.428,56
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	105.450.647,03
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	15.017.879,02
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	16.416.339,45
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	3.987.523,59
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	3.987.523,59
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	3.987.523,59
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	(420.867,83)
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	(420.867,83)
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	(420.867,83)
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	-
2.3.2.0.00.00.00	Fundos	5.168.134,71
2.3.2.1.00.00.00	Fundos Previdenciais	-
2.3.2.2.00.00.00	Fundos Administrativos	5.021.469,06
2.3.2.3.00.00.00	Fundos dos Investimentos	146.665,65

ANEXO II - ESTATÍSTICA POPULACIONAL E GRÁFICOS GERENCIAIS

1. Participantes Ativos, Autopatrocinados e Remidos

Gráfico 1 - Distribuição do número de Participantes

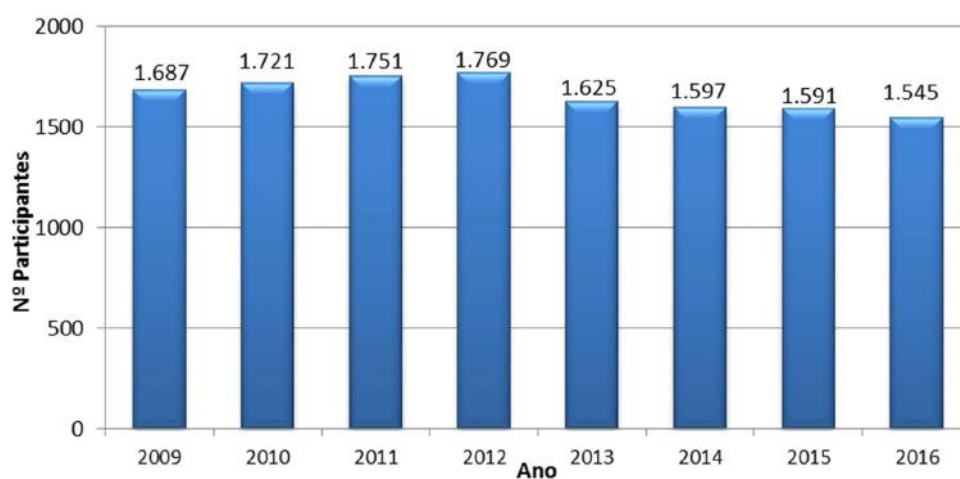
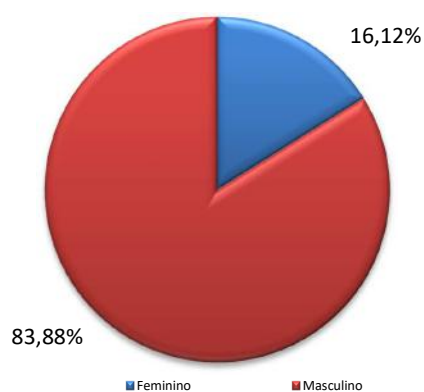


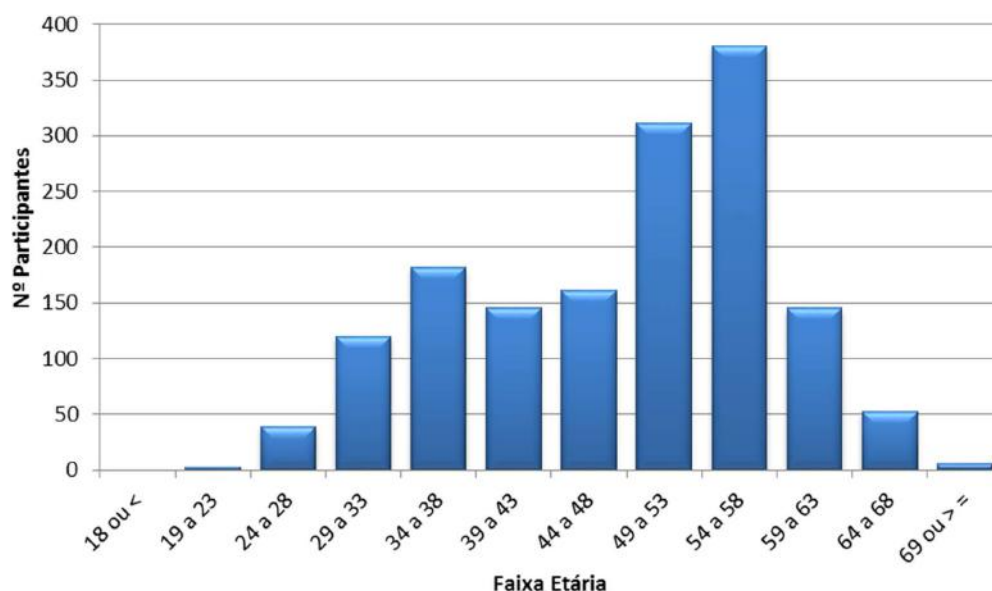
Gráfico 2 - Distribuição de Participantes por Sexo





O conjunto dos participantes do Plano CASANPREV é composto por 83,88% de integrantes do sexo masculino e 16,12% do sexo feminino.

Gráfico 3 - Distribuição de Participantes por Faixa Etária



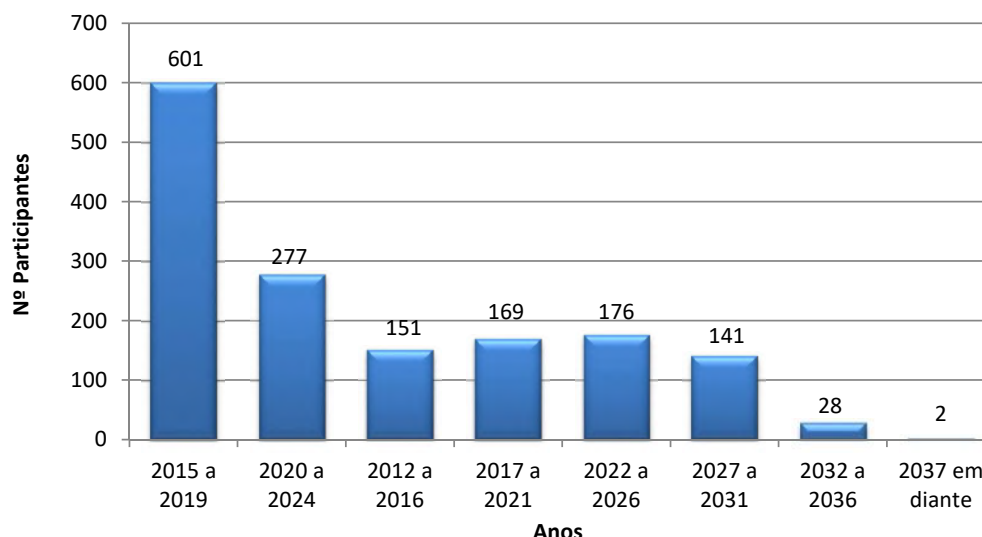
Conforme se verifica no Gráfico 3, a maioria dos participantes do Plano CASANPREV se concentra nas faixas etárias de 49 a 53 e 54 a 58 anos.

Se considerarmos que os participantes se aposentarão em média aos 59 anos, conforme estimativa calculada nesta avaliação, então tem-se que essa grande maioria de participantes permanecerão no plano por 1 ano, pelo menos.

Tendo em vista a média de tempo para que os participantes se aposentem, é interessante que a Entidade tenha como diferencial uma rentabilidade que seja acima dos índices de referência do plano que ora administra. Com isto, os saldos de seus participantes evoluirão além do esperado, trazendo, por conseguinte, um grau maior de satisfação na relação entre participante e entidade.

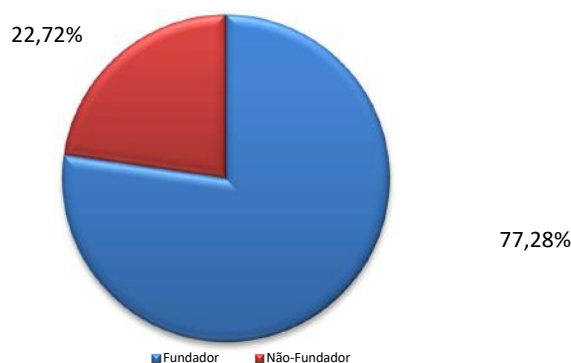


Gráfico 4 - Projeção de Aposentadorias dos Participantes



Observa-se que o maior número de participantes tem a expectativa de se aposentar entre 2015 e 2019. Assim, com base nesta informação, a Entidade poderá desenvolver políticas de aplicação dos recursos do Pano visando garantir uma rentabilidade em níveis superiores nesta fase de acumulação de recursos.

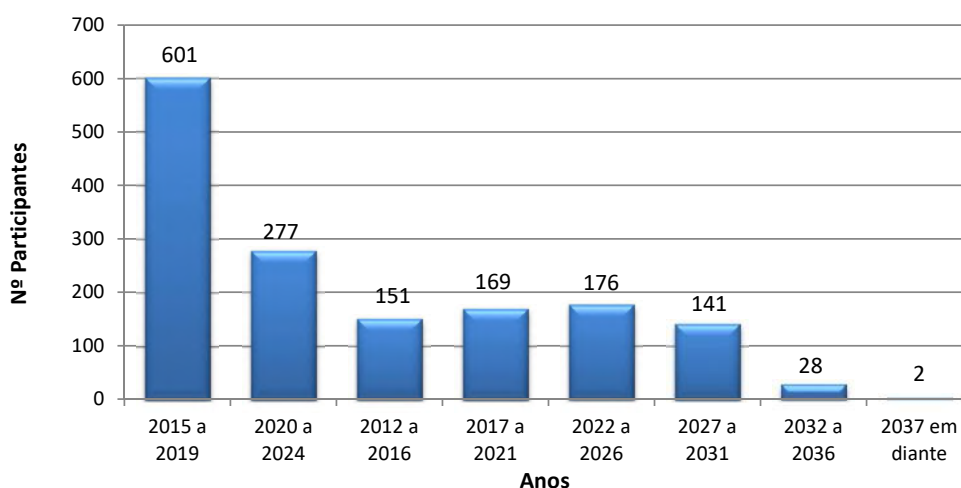
Gráfico 5 - Distribuição de Participantes por Condição de Fundador



O gráfico acima demonstra que o percentual de participantes fundadores supera o percentual dos participantes não fundadores, ou seja, a grande maioria dos participantes possui redução de carência quanto ao tempo de contribuição para o Plano no caso da Renda Mensal Programada.



Gráfico 6 - Distribuição de Participantes por Faixa Salarial (Salário Real de Contribuição)



De acordo com o Gráfico 6, percebe-se que a grande maioria dos participantes se concentram na faixa salarial entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00.

2. Participantes Assistidos

Em 31/12/2016 o Plano CASANPREV só possuía benefícios programados em manutenção. Verificou-se que 261 assistidos recebem o benefício de Renda Mensal Básica e Renda Mensal CAV, com ou sem reversão, haja vista que essa é uma opção do participante no momento da concessão.

Vejamos abaixo os gráficos e as distribuições dos Assistidos de acordo com os benefícios que percebem mensalmente.



Gráfico 7 - Distribuição de Assistidos por idade

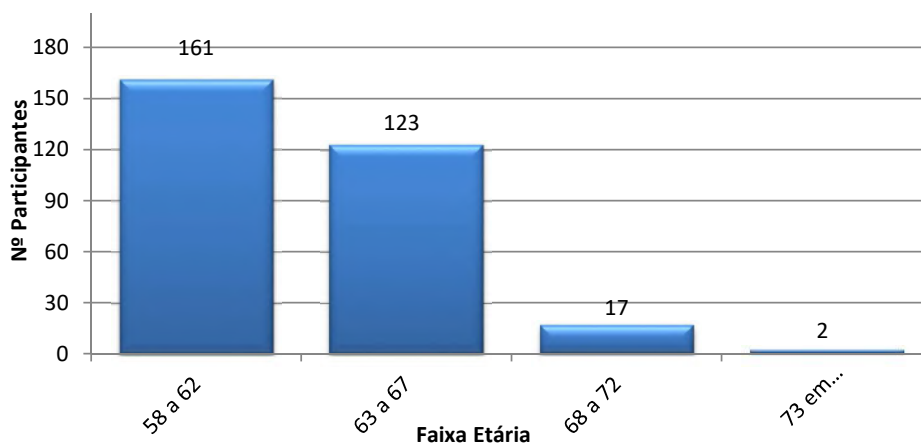


Gráfico 8 - Distribuição de Assistidos por faixa de benefício

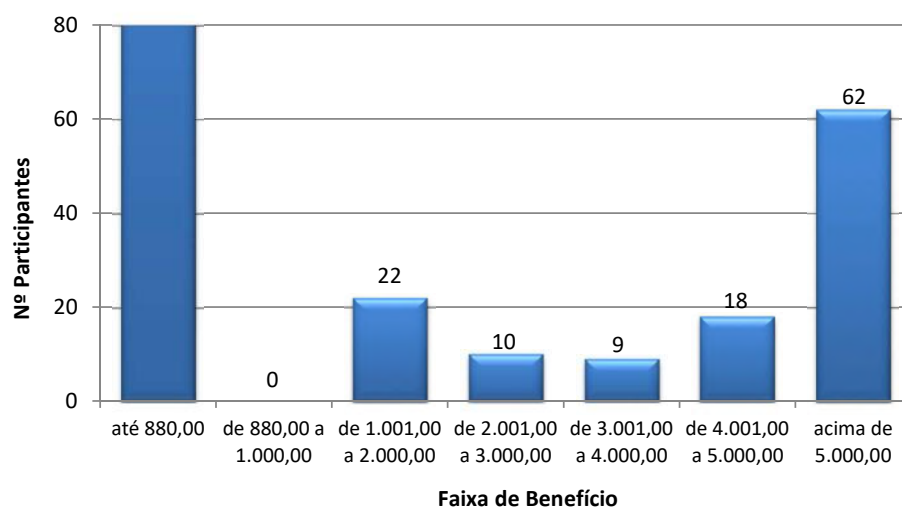




Gráfico 9 - Distribuição de Assistidos por tipo de benefício

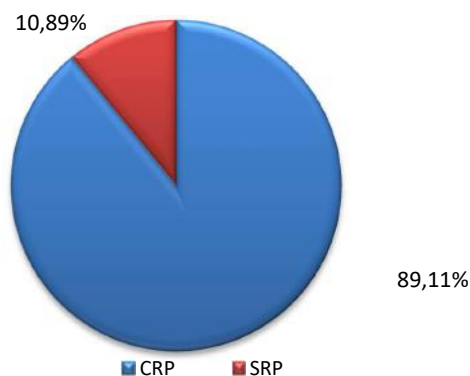


Gráfico 10 - Distribuição de Assistidos em função do montante da provisão matemática de benefício concedido

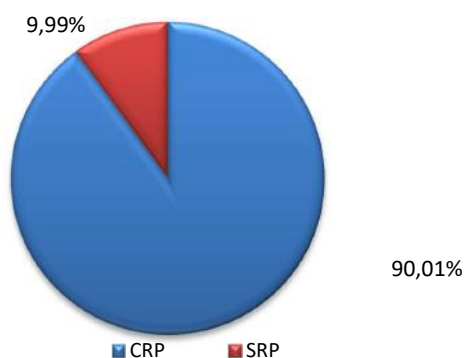


Gráfico 11 - Distribuição de Assistidos por idade

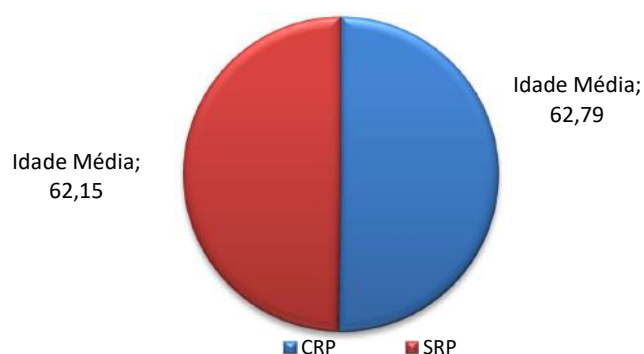
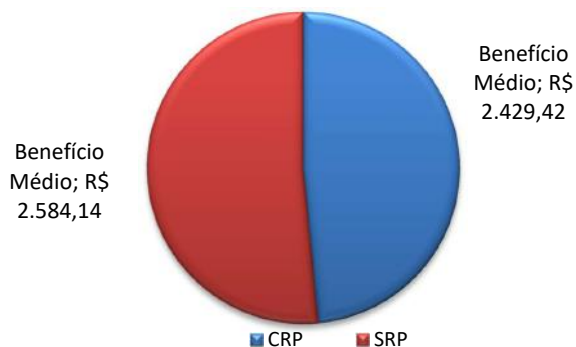


Gráfico 12 - Distribuição de Assistidos em função do benefício médio

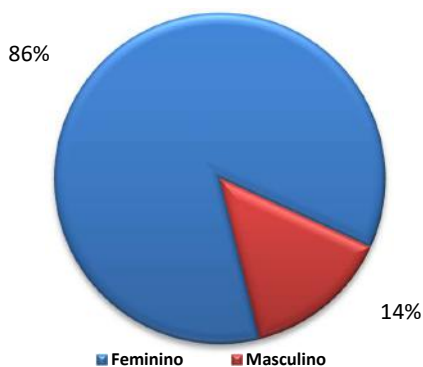


3. Pensionistas

Em 31/12/2016 havia 7 pensionistas em gozo de benefício no Plano CASANPREV.

O valor médio do benefício é de R\$ 2.412,31 e a idade média é de 56,28 anos.

Gráfico 13 - Distribuição de Pensionistas por Sexo



10. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CASANPREV EM 31/12/2016

CONSELHO DELIBERATIVO

Responsável pelos controles, deliberação e superior orientação administrativa da CASANPREV. Aprova a política de investimentos, alterações de estatuto e regulamentar, cálculos atuariais, orçamento, bem como indicação de diretoria, além de aprovação das demonstrações contábeis e financeiras.

Titulares

Rubens Cruz de Aguiar
Vera Lúcia Dias Portella
Sérgio Pedroso Sales
Pedro Richard Martins
Andreia May
Marcio Romeu Dutra

Suplentes

Júlio Cezar de Souza Cardoso
Claudir Twardowski
Romoaldo Cesar Sandrini
Ricardo Kazuo Furuya
Pery Fernando Fornari Filho
Luiz Alberto Carone Guedert

CONSELHO FISCAL

Responsável por zelar pela gestão econômica e financeira da CASANPREV, acompanhando os controles internos e gestão de recursos.

Titulares

Carlos Ivan Sturzbecher
Oci Silva Junior
Silvio Camilo Delino
Júlio Cezar Grando

Suplentes

Fernando Mello
João Reis Simas Neto
José Marcos da Silva
Valério Manoel Leal

DIRETORIA EXECUTIVA

Responsável pela administração da CASANPREV, fazendo cumprir as determinações do Conselho Deliberativo, competindo ao Diretor Presidente dirigir, coordenar e controlar as atividades.

Diretor Presidente: Adir Alcides de Oliveira

Diretor de Seguridade: Carlos Fernando de Moraes Barros

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Responsável por propor à Diretoria Executiva estratégias eficientes de gestão de investimentos e acompanhamento e gerenciamento das aplicações.

Membros

Adir Alcides de Oliveira
Sidnei José Junkes
Daniel Azevedo do Nascimento



Ideal para o seu futuro.

Av. Rio Branco, nº 404, Sala 103 e 104
Bloco 1, Ed. Planel Tower - Centro
CEP 88015-200 - Florianópolis - SC
Fone: (48) 3028-7297 / (48) 3028-7296
contato@casanprev.com.br
www.casanprev.com.br